



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CÍNTIA DA SILVA VAZ

**Pelas trilhas de Lagoa Serena
A construção do mito da mulher Bandeirante na
Obra A Muralha e na revista O Cruzeiro.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA POLÍTICA E
IMAGINÁRIO.

UBERLÂNDIA /MINAS GERAIS

FEVEREIRO DE 2016

CÍNTIA DA SILVA VAZ

**Pelas trilhas de Lagoa Serena
A construção do mito da mulher Bandeirante na Obra “A
Muralha” e na revista “O Cruzeiro”.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós graduação em História, desenvolvida na Linha de pesquisa: Política e Imaginário da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme do Amaral Luz

Uberlândia/ Minas Gerais.

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

V393 2016	<p>Vaz, Cintia da Silva, 1984- Pelos trilhas de Lagoa Serena [recurso eletrônico] : A construção do mito da mulher Bandeirante na Obra "A Muralha" e na revista "O Cruzeiro". / Cintia da Silva Vaz. - 2016.</p> <p>Orientador: Guilherme Amaral Luz. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em História. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.294 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. História. I. Luz, Guilherme Amaral, 1974-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós- graduação em História. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 930</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

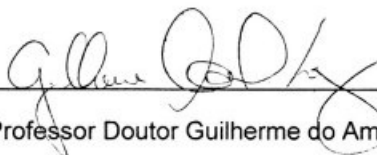
CÍNTIA DA SILVA VAZ

PELAS TRILHAS DE LAGOA SERENA: A construção do mito da mulher
bandeirante na Obra "A Muralha" e na revista "O Cruzeiro"

Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de
Uberlândia, como parte das exigências para obtenção do título de
Mestre em História.

Uberlândia, 25 de fevereiro de 2016

BANCA EXAMINADORA:



Professor Doutor Guilherme do Amaral Luz

Universidade Federal de Uberlândia

Professor orientador



Professora Doutora Maria Andréa Angelotti Carmo

Universidade Federal de Uberlândia



Professora Doutora Sandra Mara Dantas

Universidade Federal do Triângulo Mineiro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 INSTITUTO DE HISTÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO, nº. 304, PPGHI.
 Junto ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

DATA: 25 de fevereiro de 2016. Horário: início: 9:00 encerramento: 11:00

LOCAL: Sala 1H48, *Campus* Santa Mônica, Universidade Federal de Uberlândia.

DISCENTE: Cíntia da Silva Vaz – matrícula n. 11412HIS001

TÍTULO DO TRABALHO: Pelas trilhas de Lagoa Serena: a construção do mito da mulher bandeirante na obra A Muralha e na revista O Cruzeiro.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: História Social.

LINHA DE PESQUISA: Política e Imaginário.

PROJETO DE PESQUISA DE VINCULAÇÃO: Cultura e Representações Políticas na História do Brasil.

Reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores:

Sandra Mara Dantas – Docente – UFTM

Maria Andréa Angelotti Carmo – Docente – UFU

Guilherme Amaral Luz – UFU – orientador e presidente da Banca.


Iniciando os trabalhos o presidente da mesa apresentou à Banca Examinadora a candidata e agradeceu a presença do público, concedendo à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

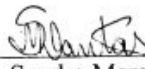
A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Concluída a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, emitiu parecer final.


Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou a candidata A PROVADA.

Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, legislação e regulamentação internas da UFU.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Banca Examinadora.


 Profa. Dra. Maria Andréa Angelotti Carmo


 Profa. Dra. Sandra Mara Dantas


 Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz
 Orientador

Dedico

*A minha filha Ana Clara, por fingir não sentir minha ausência,
Ao meu marido, Douglas, pelas noites sozinho,
Aos meus alunos, por me fornecerem as melhores manhãs
depois de noites em claro,
e aos meus pais, por não me permitirem desistir.*

*Tudo o que acontece eu ponho neste livro.
E se não acontece, estando no livro,
É o mesmo que ter acontecido.*

Dom Braz Olinto.

SUMÁRIO

RESUMO	11
INTRODUÇÃO	12
EM BUSCA DE GIGANTES: O BRASIL DESENHADO NAS PÁGINAS DE “O CRUZEIRO” E PELAS PRENSAS DA JOSÉ OLYMPIO.	25
O BRASIL DE DINAH: ENTRE HEROIS, VILÕES E EXCLUIDOS	45
REPRESENTANDO AS BANDEIRANTES: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA MULHER PAULISTA NA HISTORIOGRAFIA E ALGUNS APONTAMENTOS ACERCA DAS TEORIAS DE GÊNERO.	50
ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE. AS FIGURAS FEMININAS DE DINAH E SUA PROXIMIDADE/AFASTAMENTO COM A HISTORIOGRAFIA.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	87

RESUMO

A década de 1950 é sem dúvida alguma um período de intenso desenvolvimento para o país. Industrialização, urbanização e a aparente formação de uma nova política. A Imprensa e os intelectuais cada vez mais se dedicam a pensar a nação e a construir seus próprios ideais dessa nação. Em meio a toda essa agitação a maior cidade do país completa quatrocentos anos e se volta ao passado para justificar seu presente de sucesso e delinear um futuro ainda mais grandioso, e no contexto das comemorações é produzida uma das obras mais emblemáticas da literatura brasileira no século XX, *A Muralha*, de Dinah Silveira de Queiroz, romance que foi divulgado inicialmente pela revista com maior tiragem do período e posteriormente por um dos selos literários mais respeitados do país. O enredo da obra é justamente sobre a capital paulista e a odisséia bandeirante, contando com protagonistas femininas. Levando tudo isso em consideração, nos propomos neste trabalho a discutir a criação de um ideal nacional na referida obra e em seus veículos difusores, a editora José Olympio e a revista “O Cruzeiro”, ao mesmo tempo que buscaremos analisar as múltiplas representações do feminino presentes no romance “*A Muralha*”, pensando em como o mesmo se apresentou como instrumentos de divulgação de determinados discursos sobre a construção histórica brasileira e sobre possíveis rumos que a nação deveria trilhar para alcançar o almejado progresso.

ABSTRACT

The 1950s are undoubtedly a period of intense development for the country. Industrialization, urbanization and the apparent formation of a new policy. The Press and intellectuals are increasingly dedicated to thinking about the nation and building their own ideals for that nation. Amidst all this agitation, the largest city in the country turns four hundred years old and turns to the past to justify its successful present and outline an even grander future, and in the context of the celebrations, one of the most emblematic works of Brazilian literature of the century is produced XX, *A Muralha*, by Dinah Silveira de Queiroz, a novel that was initially published by the magazine with the highest circulation of the period and later by one of the most respected literary stamps in the country. The plot of the work is precisely about the capital of São Paulo and the Bandeirante odyssey, with female protagonists. Taking all this into consideration, we propose in this work to discuss the creation of a national ideal in the aforementioned work and in its dissemination vehicles, the publisher José Olympio and the magazine “O Cruzeiro”, while we will seek to analyze the multiple representations of the feminine present in the novel “*A Muralha*”, thinking about how it presented itself as instruments of dissemination of certain discourses about the Brazilian historical construction and about possible paths that the nation should follow to reach the desired progress.

INTRODUÇÃO

Em 1954, os olhos de muitos brasileiros estavam de certa forma direcionados para a capital paulista, afinal naquele ano, a maior e mais desenvolvida cidade do país completava quatro séculos de história. Da pequena vila erguida ao redor do colégio jesuíta de Anchieta quase nada restava, ao se voltar para São Paulo naquele momento, o que se enxergava eram os aranha céus, as ruas movimentadas, os teatros e cinemas, o progresso, o futuro. A mata, os rios e a grande muralha que cercavam o antigo povoado foram transpostos, superados e domesticados, a força da natureza não havia sido suficiente para abrandar a coragem paulistana ou deter o sangue bandeirante. E este era o discurso apresentado sobre São Paulo, naqueles dias de festa e comemoração.¹

Com cerca de 3,5 milhões de habitantes, segundo o Histórico demográfico do município, a cidade se desenvolvia principalmente impulsionada pela indústria e pela construção civil e tornava-se destino de centenas de pessoas vindas das mais variadas regiões do país, e outras tantas até de outros países, em busca de emprego e melhores condições de vida. A cidade que se formou principalmente da mistura de brancos portugueses e dos nativos Tupis, havia se transformado em um centro cosmopolita e em um modelo para o restante do Brasil.

Pensando dessa forma, não foi estranho a grandiosidade das comemorações do IV centenário paulista, que não se restringiram apenas ao dia 25 de janeiro, mas aconteceram por todo o ano de 1954 e envolveram os mais diferentes veículos e grupos sociais para homenagear a aniversariante. Na programação oficial das comemorações se encontravam desde inaugurações de obras públicas, como o Parque o Ibirapuera por exemplo, e o monumento às bandeiras, passando por peças teatrais, o lançamento de uma revista dedicada exclusivamente ao evento, “A revista do IV centenário”, missas solenes e os tradicionais festejos que ocorreram no mês de julho. Porém as homenagens não partiram somente de órgãos públicos, mas vieram com a mesma intensidade por parte da imprensa, da publicidade,

¹ As informações acerca do IV centenário foram retiradas da revista do IV centenário, lançada pela comissão organizadora do evento em dezembro de 1953 e por meio de análises das peças publicitárias e anúncios presentes na imprensa do período, mas que não foram utilizadas diretamente no texto. O texto de LOFEGO, também foi fundamental para o processo de compreensão desse momento histórico.

de intelectuais e artistas tanto paulistas, como de outras partes da nação. E todas essas demonstrações estavam adornadas por uma áurea simbólica de exaltação a figura paulista, retratando São Paulo como terra de grandiosa história, terra dos bandeirantes, de Anchieta, da “liberdade” trazida pelo grito do Ipiranga, terra do trabalho e do progresso.

A história de São Paulo e de seus fundadores é retomada com uma intensidade surpreendente e utilizada pelos mais diferentes meios, como mecanismo de reforço dos ideais presentes na comemoração. LOFEGO (2004), afirma que:

Naquele momento, a história assume um caráter de utilidade social, fazendo da evocação do passado uma das suas marcas mais expressivas, ao trazer para o epicentro das festas, diversas representações simbólicas que pudessem funcionar como lições vivas da memória. Neste sentido, a escolha do manancial memorialístico para representar São Paulo nas festividades impunha a necessidade de se naturalizar e consolidar no imaginário dos cidadãos o passado desejado, ou seja, era necessário construir sua legitimidade junto à população paulistana (LOFEGO, 2006, p.2).

Discursos publicitários, matérias jornalísticas, obras literárias, artísticas e arquitetônicas, e, claro, ações políticas corroboravam para reforçar o discurso ufanista, que resgata a trajetória heróica do paulista, projetada como portador único da modernidade e do progresso no Brasil

[...]através de múltiplas linguagens, sejam textuais, fotográficas, pictóricas, musicais, entre outras expressões da cultura naquele momento. Em comum, nessas mensagens, as referências a uma cidade situada entre o passado e o futuro.(LOFEGO, 2004, p. 02

As representações realizadas durante as comemorações do IV centenário tentavam por tanto, aliar um passado “heróico” de lutas e conquistas, a uma promessa de futuro “grandioso”, não criando apenas uma nova imagem sobre o paulista, mas se apropriando de um imaginário comum entre os paulistas do período.

O bandeirante é então reafirmado como o grande herói brasileiro, aquele que rompeu todas as barreiras e levou São Paulo a grandiosidade. Ruas receberam seus nomes, monumentos foram erguidos em sua homenagem e odes foram criadas para a sua exaltação.

É necessário deixar claro, que ao se falar do IV centenário de São Paulo, a Memória e a História foram utilizadas ali, como mecanismos de legitimação de ideais de um grupo específico, composto por industriais, comerciantes e políticos, que dominavam a economia e a política local e que buscavam a validação desse posto, pois como nos sugere

BACZO(1985, p. 299) para exercer um poder simbólico os agentes dominantes se apropriam dos símbolos, utilizando suas relações de sentido através dos emblemas de poder e dos os monumentos. Exaltar figuras e feitos históricos então, não eram os pontos principais dos festejos, mas sim , confirmar e até mesmo heroicizar aqueles que comandavam os rumos da metrópole, afinal, nos baseando novamente em BACZO as narrativas simbólicas são utilizadas pelos atores políticos como uma forma de promover a coesão social, que visariam legitimar as hierarquizações sociais .(BACZKO, 1984, p. 300).

Além disso o passado apresentado durante as comemorações delineava o que provavelmente (ou que este grupo esperava) seria o futuro de São Paulo. E este passado contado através de símbolos e simbolismos seria usado como instrumento de construção de uma identidade no presente. Uma identidade paulistana desbravadora, progressista, urbana e moderna, motor e inspiração de todo um país.

É neste contexto, que uma das obras mais marcantes da literatura brasileira do século XX é composta, o livro *A Muralha*, escrito por Dinah Silveira de Queiroz. Um romance épico, que retrata os primeiros tempos da vila de São Paulo de Piratininga e conseqüentemente do Brasil, O romance ambientado na segunda metade do século XVII retrata a saga dos bandeirantes, através da Família de Dom Braz Olinto, residente às margens da pequena Vila de São Paulo de Piratininga, suas ambições e conflitos, sua força e fé não só em Deus, mas, nos homens.

Acompanhando a saga de Cristina, uma jovem portuguesa que é enviada para a colônia para se casar com seu primo Tiago, filho de Dom Braz,o leitor é encaminhado a juntamente com os personagens, abandonar o litoral e enfrentar a ainda densa Mata Atlântica, até chegar a Lagoa Serena, a fazenda da família Olinto. No caminho a protagonista é apresentada a nativos e mestiços e a muitos colonos portugueses que tentavam a sorte na região. Ao chegar ao destino, Cristina se vê cercada de mulheres estranhas, não só por serem desconhecidas, mas por seus modos e costumes. Ela descobre também que seu noivo e todos os outros homens da família, estavam em uma expedição para o interior do território com a intenção de capturar índios e encontrar metais preciosos e que não havia previsão de volta, então na ausência dos “homens da casa”, as mulheres assumiam todas as responsabilidades na administração da casa, da plantação e dos escravos.

O conjunto de mulheres era formado por Mãe Cândida , esposa de Dom Braz, uma mulher de 40 anos, mas que apresentava ser muito mais velha e que concentrava todos os poderes em suas mãos enquanto o marido estava fora; suas duas filhas, Basília, a mais velha que com 22 anos e ainda solteira se sentia angustiada com sua condição de

“encalhada”, e Rosário, uma jovem de 15 anos, descrita pela autora como “espevitada” e sonhadora.; Havia também Margarida, esposa do filho mais velho de Dom Braz, Leonel, que apesar de amar o marido, sentia-se infeliz por não ter filhos.

Com este pano de fundo a autora levanta questões acerca das dificuldades enfrentadas pelos primeiros colonizadores da região de São Paulo, a estrutura familiar, as condições de vida, a espiritualidade, as disputas no interior do país, principalmente na região das minas, por ouro e outras riquezas e a relação da colônia com Portugal. Apresenta também fatos históricos como a constante disputa entre jesuítas e bandeirantes e a Guerra dos Emboabas, reforça a condição heróica do bandeirante, além de permitir uma análise da representação feminina colonial.

Na construção de QUEIROZ, as mulheres ali presentes, aparentemente são singulares, distintas do que permeia nossa imaginação mais comum acerca das demais mulheres da colônia.² Elas são ativas, participantes da vida familiar, com personalidade e de uma forma ou de outra com coragem para enfrentar as adversidades que a todo o momento lhes são impostas. Por tanto a partir da obra poderemos discutir a construção e a representação da figura feminina no Brasil Colonial, principalmente com relação às mulheres paulistas e o imaginário acerca dessas figuras, não só a representação da autora, mas também as imagens que parte da própria sociedade do século XX tinha dessas mulheres, ou buscava construir sobre elas.

A obra encomendada pela revista *O Cruzeiro* para comemorar o quarto centenário paulista, utilizou em suas linhas praticamente todos os elementos usados durante as comemorações e reforçou o discurso construído sobre a história paulistana, mas direcionando esse discurso para o público feminino, que naquele momento era o principal consumidor da revista.

O texto foi inicialmente publicado em capítulos na revista, durante todo o ano de 1954, em comemoração ao quarto centenário paulista e editada no mesmo ano como livro pela editora José Olympio, com a qual a autora possuía exclusividade. A obra foi extremamente bem sucedida, ainda como folhetim, e marca segundo HALLEWELL, juntamente com o lançamento de Lygia Fagundes Telles, com o romance *Ciranda de Pedra*, e Antonio Accioly Neto com a obra *A vida é Nossa*, uma guinada na história da revista, que a partir desta data torna-se um selo literário e um veículo de informação e entretenimento

² Até a década de 1950, pouco ou nada se falava sobre a condição feminina durante o período da colonização, por isso acredita-se que para o público leitor da revista, este era um assunto desconhecido, ou repleto de informações distorcidas e estereotipadas.

extremamente sério e respeitado. (HALLEWELL, 2005, p. 476). E que ainda hoje é considerada uma das principais revistas ilustradas brasileiras do século XX, mesmo tendo sido fechada em junho de 1975.

Para se ter uma idéia do alcance da obra de QUEIROZ, basta verificar os desdobramentos da mesma, que foi traduzida para o japonês, coreano, espanhol e adaptada para televisão como duas novelas, a primeira em 1961 pela TV Tupi e a outra em 1968 pela TV Excelsior. Sendo transformada mais recentemente em uma minissérie pela TV Globo no ano 2000.³

Parte desse sucesso pode dever-se a fórmula aparentemente simples do enredo, um conflito amoroso, ação e reviravoltas, mas uma leitura atenta demonstra que a autora propositalmente, realiza uma defesa do mito bandeirante e insere por meio do drama, as mulheres como parte constituinte desse mito, defendendo o próprio grupo ao qual fazia parte.

Dinah Silveira de Queiroz, nasceu na cidade de São Paulo em 1910 em uma família de escritores. Desde a infância esteve envolvida com a elite intelectual paulista e participou acompanhando o pai, Alarico Silveira, escritor modernista e autor da Enciclopédia Brasileira, de todos os eventos da semana de arte moderna de 1922, recebendo assim suas primeiras influências artísticas. Casou-se aos 19 anos com o advogado Narcélio Queiroz, irmão da romancista Raquel de Queiroz, com quem Dinah, desenvolveu grande amizade e que se tornaria uma das principais defensoras e incentivadoras de sua obra.

Em 1940 foi contemplada pela Academia Paulista de Letras, com o prêmio, Antônio de Alcântara Machado pela obra *Floradas da Serra*, uma das suas principais produções. Em 1954, a Academia Brasileira de Letras lhe conferiu o Prêmio Machado de Assis, pelo conjunto de sua obra. Tendo a maior consagração de sua carreira literária, segundo ela própria, quando em 1980 foi eleita a segunda mulher para integrar a Academia Brasileira de Letras. Apaixonada por história e por sua cidade natal, QUEIROZ, conseguiu conciliar em *A Muralha*, esses dois amores.⁴

Por isso, quando Dinah opta por falar em sua obra (encomendada) sobre as mulheres paulistas na colônia, ela escolhe um grupo muito claro, as bandeirantes, as brancas, as cristãs, ou seja, aquelas que os paulistas de 1954, e a própria autora elegeriam como suas ascendentes diretas, como as grandes mães de um povo “responsável por formar” o Brasil.

Quando ela cria personagens femininos como protagonistas, ela está direcionando

³ Os dados sobre as traduções e circulação da obra, foram retirados em parte do texto HALLEWELL e do site Memória Viva.

⁴ As informações sobre a autora foram extraídas da página da Academia Brasileira de Letras e de depoimentos de amigos e familiares, visto que existem poucos detalhes divulgados sobre sua vida pessoal.

o texto para o público do veículo que primeiro o publicou, a revista o Cruzeiro, mulheres da classe média e alta não só de São Paulo, mas do Brasil. Mulheres que estavam ganhando espaço no mercado de trabalho, que estavam envolvidas em transformações trazidas pela urbanização e industrialização, e que se tornavam uma parcela significativa do mercado consumidor, portanto mulheres que gostariam de se ver como centro de uma história.

E quando ela representa essas mulheres como batalhadoras, fortes e atuantes, ela está dialogando diretamente com uma linha historiográfica que buscava a exaltação da nação através da construção de grandes heróis. E das comemorações do IV centenário paulista, motivo pelo qual a obra foi escrita, criando mulheres diferenciadas daquelas que estávamos habituados a ver, como as sinhazinhas preguiçosas de FREYRE deitadas em suas redes a ouvir histórias de suas mucamas ou as enclausuradas mulheres honradas encontradas nos relatos de viajantes trazidos por ARAUJO (1993). Não por que as mulheres coloniais não fossem assim, mas segundo a autora, as paulistas não eram, elas eram diferentes, elas eram as grandes heroínas do Brasil, elas eram aquelas que não se enterravam dentro de casa, ou se escondiam por trás da condição feminina, mas atuaram na construção do país, lutaram, oraram, pariram e abriram mão de maridos e filhos em prol do Brasil.

Porém, essas mulheres não deixavam de ser mulheres enquanto seres que deveriam respeito e estavam hierarquicamente em um posto inferior aos homens, elas não deixavam de serem mães, ou as rainhas do lar. Elas deveriam lutar pela família e por sua sociedade no mundo que era seu por direito, a sua casa. E nisso nós acreditamos que Dinah se direciona a essas mulheres dos anos de 1950, dizendo nas entrelinhas, vão a luta, façam esse estado e esse país crescer, honrem o sangue bandeirante em suas veias, mas não abram mão de sua verdadeira missão, de cuidado, abnegação e sacrifício, de mãe e esposa.

As mulheres de QUEIROZ, serviriam do mesmo modo que as biografadas pelo IHGB, de exemplos de como as mulheres deveriam atuar, e não reflexo de como as mulheres coloniais atuaram verdadeiramente.

E é neste ponto que a obra torna-se uma interessante fonte de análise histórica, pois, ao pensarmos nela em toda a sua complexidade interna e externa, podemos verificar claramente como as dimensões do político se registram nas mais variadas extensões do nosso dia-a-dia, não sendo apenas sinônimo de atuação ou representação governamental. Afinal, a política, se daria, como afirma ARENT (1999) entre os homens, sendo, deste modo, produto e produzida pelos homens em suas diversas inter-relações. Compreende-se a partir daí que as práticas políticas são legitimadas por representações simbólicas, idéias, ideologias, imaginários e mentalidades, que orientam comportamentos e condutas de indivíduos e

grupos sociais.

ROSANVALLON(1995) aponta que o espaço político é o local onde se articulam o social e suas representações, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo. Por isso, ao construir ou reforçar uma imagem, no caso da obra, o mito da mulher bandeirante, estaremos reforçando determinados laços políticos e relações de poder. BACZKO(1984), nos diz ainda, que o poder político se rodeia de representações coletivas e que “... para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante local estratégico.” O Estado, os governantes, a esfera dominante na cadeia social teriam sua “força política”, fixada na força simbólica.

A política, nesse ponto passa a ser encarada como algo muito mais próximo aos ditos indivíduos comuns e começa a ser enxergada também nas relações cotidianas e diárias. O poder e as relações de poder, poderiam ser percebidas em toda parte, até mesmo quando não as visualizamos claramente (BOUDIEU,1986). Discutir durante meses a condição de infelicidade que a falta de um filho pode trazer a uma mulher, ou apresentar a cada nova quinzena um feito de um determinado grupo, mesmo que em uma ficção é nada menos que imposição de discursos e a construção de uma memória coletiva fundamental para a manutenção de uma ordem específica. BOUDIEU acena que esses poderes “imperceptíveis”, simbólicos legitimariam e reforçariam as relações de dominação, introduzindo e naturalizando idéias, práticas e discursos e, portanto se tornando fundamental nos jogos de poder. Então para o autor, as imagens e os símbolos seriam parte do cotidiano, da realidade social. Nossos símbolos influenciariam nossa visão de mundo estando então, diretamente ligados a legitimação da ordem estabelecida, a identificação do grupo e a hierarquização social.

Podemos perceber que as representações e imaginários sociais não surgem ao acaso, ao representar a mulher colonial tão diferente do imaginário até então constituído, Queiroz, não buscava atrair apenas mais leitores para a revista, mas criar uma imagem de mulher paulista diferenciada, heróica, inserida totalmente nos ideais da comemoração do IV centenário de São Paulo e que sendo assim, não há disparidade entre a mulher representada por Queiroz, e aquela representada na revista *O Cruzeiro*, ou a representada pela historiografia do período, há apenas um enfoque diferenciado. As mulheres continuam sendo as pertencentes a elite e os ideais, burgueses e capitalistas.

Entender dada representação de mulher não é apenas entender sobre mulheres, ou sobre representações, mas compreender as subjetividades das relações sociais, as relações de força e poder, os embates e o caráter político de discursos que acabamos aceitando como sendo naturais, é termos a possibilidade de compreendermos a História como um processo em

que o social, o político o cultural e o econômico convivem mutuamente, e que não há como separá-los.

A escolha de uma obra literária como fonte, nos permitiu entrar em contato com o universo do imaginário social, sendo ela própria produtora e produto desse imaginário. Conforme PESAVENTO (1999), história e literatura se aproximam e se completam, visto que, tanto em uma quanto na outra, o objeto é a representação de um dado tempo ou sociedade o que se diferencia é a abordagem feita sobre esse objeto, enquanto o historiador traça um caminho em busca da verdade, a literatura pode criar, imaginar, enfim ser mais livre em suas interpretações.

FERREIRA (2009) também corrobora com essa posição e mais ainda, ele nos chama a atenção para a importância dos textos literários de cunho histórico como por exemplo: *Os Três Mosqueteiros* de Alexandre Dumas, *Por quem os sinos doam?* De Hemingway e *Nome da Rosa* de Umberto Eco, para uma apreensão de certa forma mais ampla das “representações coletivas do passado.” E mais que isso, criando condições para uma:

[...] investigação da complexidade do imaginário histórico, da diversidade das ideologias e dos modos como determinados indivíduos ou grupos sociais se inserem dentro dele em determinadas épocas.” (FERREIRA, 2009, p. 77)

Porém o autor afirma que mesmo com todas essas possibilidades, o historiador deve tratar a obra como parte da representação do real e aceitar que a obra literária está submersa em valores sociais e culturais de determinado tempo, assim sendo, ele terá um leque de alternativas em suas pesquisas e dependendo de sua disponibilidade em enxergar as múltiplas leituras possíveis, poderá abstrair dela maior resultado as vezes que de um dito “documento oficial.

É claro que, conforme dito por BORGES (1993), o historiador ao utilizar uma obra de ficção como fonte, deve ter em mente que essa obra é uma representação e interpretação do real e por tanto deve ser encarada como tal e colocada em diálogos constantes com outros documentos, BAKHTIN, já chamava a atenção para essa questão ao afirmar que “a ciência literária é parte inalienável da cultura, não sendo possível compreendê-la fora de um contexto global nem deixar de relacioná-la com os fatores sócio-econômicos.” (BAKHTIN, 1997, p. 362)

No entanto para utilizarmos o texto literário como fonte esbarramos em alguns

problemas, como demonstra FERREIRA (2009), um deles é a forma de análise textual, se interna ou externa, o que para o autor não se constitui num verdadeiro problema, pois uma análise não deve se sobrepor a outra mas sim conviverem mutuamente. Só compreendendo o mundo exterior à obra, o historiador poderá compreendê-la em sua amplitude.

Talvez por isso a literatura se torne tão instigante e sedutora, pois ela tem a liberdade de falar por entrelinhas, de circular entre tempos distintos e de dar aos grandes acontecimentos históricos (no caso do romance histórico) um caráter mais particular através das vozes de seus personagens. Outro problema, e talvez o principal, se refere a metodologia empregada, visto que não há ainda hoje um acordo sobre qual método ideal a ser utilizado. Para FERREIRA a metodologia vai sendo apresentada ao/a historiador durante o processo de análise, de acordo com a problematização de cada pesquisa, dependendo das perguntas que a profissional da História irá fazer ao seu documento de escolha, ou seja, “o método será sempre construído pelo pesquisador no contato com seu objeto” (FERREIRA, 2009, p. 81).

Mas excluindo (e não negando) os problemas, podemos verificar também que a análise de textos literários, diferentemente de outros documentos, tem o poder de nos trazer indícios de sociedades e tempos distintos (aqueles que retratam e aqueles em que foram produzidos) e essa dupla ou as vezes tripla temporalidade só pode ser entendida como um todo e não desvinculada de todo o contexto interno e externo da obra. Somente com a compreensão de ambos podemos extrair do documento literário seu real potencial historiográfico, caso contrário estaremos fazendo crítica literária.

Podemos então afirmar que a literatura é um campo bastante produtivo para historiador, ao retratar dois mundos simultaneamente, aquele de qual ela fala e de onde ela fala, nos possibilita a abertura de inúmeras janelas interpretativas e nos permite compreender por que determinadas construções são realizadas.

Pensando em tudo isso anteriormente apontado, nos debruçamos sobre a análise da obra e de seus veículos difusores, a revista “O cruzeiro” e a editora José Olympio, tentando desvendar quais são os pequenos ou grandes jogos de poder presentes em suas páginas e quais suas possíveis intenções ao construir e divulgar seus discursos.

E é enxergando nosso objeto em todas as suas nuances que tentaremos completar esse trabalho. Aceitando-o como uma obra ficcional, representativa e repleta de subjetividades, que não possui um compromisso absoluto com o real, mas que através das perguntas certas poderá nos fornecer dados riquíssimos sobre o período estudado.

Para tanto nos pautaremos em um conceito em especial, o conceito de representação, pois como já foi explicitado, não trabalharemos aqui com figuras reais, mas

com as representações que QUEIROZ faz delas.

Para CHARTIER (1991):

as acepções correspondentes à palavra "representação" atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma "imagem" capaz de repô-lo em memória e de "pintá-lo" tal como é[...]Outras imagens funcionam num registro diferente: o da relação simbólica que, para Furetière, é "a representação de algo de moral pelas imagens ou pelas propriedades das coisas naturais(...). O leão é o símbolo do valor, a bolha o da inconstância, o pelicano o do amor materno". Uma relação decifrável é portanto postulada entre o signo visível e o referente significado – o que não quer dizer, é claro, que é necessariamente decifrado tal qual deveria ser. (p. 19)

PESAVENTO (1995) concorda com CHARTIER, apontando que a representação além de identificar o objeto ausente tem o poder de lhe conferir sentido. Mas, mais que simplesmente “representar” aquilo que está ausente, as representações são partes inseparáveis da vida e da construção social, elas são relações simbólicas que conferem significado ao real. Conforme MOSCOVICI (1978)

a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. [Afirma, ainda, que as representações sociais possuem uma função constitutiva da realidade e que é] [...] o sinal e a reprodução de um objeto socialmente valorizado. (MOSCOVICI, apud BRZEZINSKI 2006, p. 130)

As representações por tanto, criam uma “realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem por elas e nelas” (PESAVENTO, 2005, p.39).

Voltando a CHARTIER (1991), ele nos faz pensar, que as representações estão intimamente ligadas as relações de poder, afinal elas de forma alguma são imparciais, mas repletas de subjetividades e interesses. Cada grupo reconstrói ou *representa* a realidade ao seu modo, e é muitas vezes através desta *representação* que suas identidades sociais são constituídas, por tanto:

A relação de representação é, desse modo, perturbada pela fraqueza da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os signos visíveis como índices seguros de uma realidade que não o é. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta (CHARTIER, 1991, p.17)

Ligando todos esses apontamentos ao texto aqui estudado, percebemos que tanto o folhetim quanto a revista oferecem muitas outras possibilidades de investigação, como a própria representação de Brasil e do povo brasileiro, corroborando com uma construção de um ideal de nação e de identidade nacional e paulista. Além de permitir uma reflexão sobre como a memória coletiva é construída, reforçada e adaptada de acordo com interesses políticos.

Devido a isso, optamos por ampliar nosso olhar e explorar parte desses outros caminhos ao mesmo tempo em que nos dedicamos com mais profundidade as figuras femininas criadas pela autora, afinal as mulheres são os personagens principais da obra e a maioria do público leitor da revista, assim compreender como o romance e o periódico estavam inseridos em um contexto social e cultural bastante amplo.

Para tanto nos propomos a analisar mais detalhadamente a revista, pensando sobre o grupo a qual a mesma pertencia, como suas matérias eram construídas, quais os enfoques mais comuns em suas páginas, a quem ela se dirigia e principalmente, quais seriam suas intenções ao publicar determinadas reportagens e encomendar folhetins já com temas previamente definidos.

Acreditamos que verificar como os símbolos e os significados do IV Centenário estão presentes tanto no folhetim como na revista, permitirá uma compreensão de primeiramente como a História é utilizada e reutilizada constantemente como instrumento de poder nas mais diferentes linguagens e por outro lado entender como a imprensa estava inserida num projeto de construção nacional bastante característico deste período, que envolvia inclusive a produção historiográfica brasileira, visto que a editora José Olympio, na qual a Muralha foi publicada em forma de livro ainda em 1954 era casa de autores consagrados tanto na literatura quanto na Historiografia e é considerada uma das mais importantes referências na produção intelectual brasileira. Em seu panteão de autores, encontramos Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Manuel Bandeira, Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre dentre muitos outros além de ter sido também de suas gráficas que saíram grandes clássicos da Historiografia nacional, como *Raízes do Brasil* e *Casa Grande e Senzala* e uma das primeiras coleções sobre História do Brasil, a coletânea “Documentos do Brasil” publicada entre os anos de 1939 a 1959 e organizada inicialmente por Gilberto Freyre. Acreditamos que muitas das referências utilizadas por Dinah tenham sido retiradas das obras da editora, portanto averiguar esse veículo é de fundamental importância

A partir dos apontamentos anteriormente apresentados dividiremos os

resultados da pesquisa em 4 capítulos; No primeiro será discutido os veículos nos quais “A muralha ” foi apresentada, dando um enfoque á revista “O Cruzeiro” e reservando um espaço importante para a editora José Olympio, tentando estabelecer um dialogo entre ambos e dos mesmos com a obra e com o projeto de identidade nacional que fomentava as discussões da época.

No capítulo II, buscaremos esboçar o possível retrato do Brasil desenhado por Dinah, como ponto de partida para entender a própria construção do feminino realizada pela autora.

Na terceira parte procuraremos desvendar as representações sobre as mulheres bandeirantes realizadas em parte da historiografia do período, visto que são o centro do romance, para enfim no ultimo capítulo relacionarmos as representações historiográficas com aquelas produzidas pela autora.

CAPÍTULO I

EM BUSCA DE GIGANTES: O BRASIL DESENHADO NAS PÁGINAS DE “O CRUZEIRO ” E PELAS PRENSAS DA JOSÉ OLYMPIO.

"Um país se faz com homens e livros"
Monteiro Lobato

O Brasil no início do século XX ainda buscava sua afirmação enquanto nação, sua jovem república ainda estava impregnada de velhos valores, porém algumas mudanças se delineavam no horizonte.

De vocação agrária, o país passaria por um tímido processo de industrialização e por um, um pouco mais intenso movimento de urbanização. O eixo econômico e político do território seria alterado e a capital paulista passaria a ser também a capital financeira brasileira.

Nas cidades, principalmente do sudeste, a vida urbana vai desenhar uma sociedade diversificada, desigual socialmente e multi-étnica . Imigrantes, ex escravos, sertanejos em busca de trabalho e a elite cafeeira vão dividir e disputar os mesmo espaços. Ea questão que perturbou teóricos, cronistas e estudiosos brasileiros durante os séculos XVIII e XIX, ganhará intensidade. E novamente saber o que é o Brasil e quem é o brasileiro será pauta principal nos debates intelectuais nacionais.⁵

A busca pela identidade do povo brasileiro e da própria nação torna-se fundamental nessa nova conjuntura e a construção do país enquanto nação extrapolará os discursos políticos para atingir varias esferas da sociedade.

Nesse sentido, a imprensa vai tomar para si uma grande parcela dessa responsabilidade. Jornais, revistas políticas, revistas ilustradas e grandes editoras trabalharão temas relativos ao nacionalismo e a identidade brasileira, buscando nas raízes históricas do país os elementos formadores, ou eleitos como formadores, dessa identidade.

Desde o século XIX a discussão sobre nação tornara-se urgente para a intelectualidade e para a política brasileira. A construção de uma identidade nacional era por principio uma das maiores necessidades e a elite econômica do nosso jovem país, passa a pensá-la a partir do seu ponto de vista, buscando instrumentos de aproximação com seu espelho maior, a Europa. Para tanto escolhem e constroem símbolos para o Brasil ao mesmo tempo que ignoram, menosprezam e até escondem outros. Segundo NAXARA(1998), os debates retomam o imaginário produzido sobre o Brasil nos séculos XVI e XVIII, no qual

⁵ As afirmações apresentadas acima foram construídas a partir de inúmeras leituras sobre o período.

prevalecia uma visão edênica do país, exaltando nossa natureza e a definindo como elemento primordial na constituição da identidade nacional, influenciando inclusive no comportamento social dos brasileiros. Mas ao mesmo tempo que essa natureza exótica e pitoresca encanta e simboliza a força e o poder do Brasil, ela também passa a ser vista como obstáculo ao progresso nacional.

As discussões da segunda metade do século XIX (principalmente a partir de 1870), também são fortemente marcadas pelo cientificismo. Na era do darwinismo social e do racismo científico, além da natureza, passa-se a pensar a questão do povo. Refletir sobre quem seria o brasileiro, torna-se antes de tudo um grave problema. O índio, o negro, o mestiço e o sertanejo são desqualificados e enxergados como empecilhos para o processo civilizatório.

Na virada do século, os embates teóricos sobre a nação são resignificados e outros elementos passam a ser analisados. MURARI(2010)⁶ nos diz que o meio físico ainda continua como ponto de partida para as reflexões, porém ele não é mais isolado. Pensadores como Araripe Junior por exemplo, buscarão na origem colonial brasileira, muito mais que na natureza, as respostas para as condições políticas, sociais, culturais e artísticas do país. Bonfim chega a afirmar que o maior responsável pelo atraso brasileiro seria o parasitismo da colonização.

Ou seja, a história aparece como elemento de análise para os debates e os determinismos biológico e raciais são atenuados por ela, o que indicariam novos caminhos para a reformulação da nação brasileira. A ignorância foi eleita como mal maior e os grupos antes excluídos devido sua condição biológica, foram encarados também por sua historia. A questão racial poderia e deveria ser superada através da educação e a civilização precisaria romper todas as barreiras, inclusive as físicas e chegar a todos os cantos do Brasil, do sertão à floresta. Por tanto, para NAXARA(1995), pensar a identidade nacional nos primeiros anos do século XX, perpassava pela geografia, pela raça, mas principalmente pela História.

Para tanto, as próprias discussões historiográficas nesse período estavam atreladas aos ideais de nação. Como o Brasil ainda não se conhecia, era necessário construir uma historia para o país que explicasse seus problemas, mas mais que isso, que apontasse possíveis soluções para os mesmos. Capistrano de Abreu, Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, traçavam em suas obras diagnósticos sobre a nação brasileira, analisando

⁶ Muitos autores se dedicaram ao estudo da busca de uma identidade nacional no início do século XX, porém houve uma escolha de nos pautarmos principalmente nos textos de NAXARA e MURARI, devido as aproximações das nossas análises com as argumentações das autoras.

suas origens e nas entre linhas propunham um esquema identitário e um caminho a ser seguido para as novas gerações. No entanto esses embates não se restringiam apenas a historiografia, eles atingiam do mesmo modo a literatura, as artes e a imprensa.

DE LUCA(1999), afirma que a imprensa brasileira da época era utilizada como veículo educacional, com a função de ensinar, transmitir valores e anseios e acima de tudo elaborar um projeto nacional. Segundo a autora: “Nas primeiras décadas do século XX, parte considerável da vida intelectual brasileira gravitou em torno da imprensa, como uma atraente oportunidade de trabalho para os homens das letras.” (pag. 36).

E esses homens das letras, intelectuais renomados, antropólogos, historiadores, literatos, buscavam nos impressos de “circulação em massa”, uma forma de expandir seu público leitor e difundir seus trabalhos e suas idéias. Eram comuns nos periódicos daquele tempo, nomes como Euclides da Cunha, Monteiro Lobato e o próprio Gilberto Freyre.

Com textos rápidos, ilustrados e com uma linguagem mais simples, os almanaques, as revistas e os jornais conseguiam atingir diferentes públicos e discutir os mais variados temas, desde os mais leves como moda, esporte, humor, até aqueles menos acessíveis à população comum, como política e ciência. DUTRA(2005) ao falar do *Almanaque Garnier* nos diz que os envolvidos em sua publicação- editores e autores- o encaravam como vetor cultural “uma espécie de "biblioteca portátil" e, como tal, um instrumento eficiente para a difusão de um projeto político e intelectual (então indissociáveis), voltado para a construção de um Brasil republicano e moderno.”(GOMES, 2006. s/ página).E isso não era prerrogativa apenas do impreso da editora Garnier, mas algo relativamente comum entre as publicações desse gênero no período.

Sobre a Revista do Brasil, por exemplo, DE LUCA(1999), afirma que a mesma possuía um caráter extremamente nacionalista e que suas publicações mostram as preocupações da elite brasileira e seus anseios para o futuro do país. Ao analisar o periódico a autora diagnostica que a revista se colocava em uma missão de “retirar o Brasil das trevas e abrir os olhos do país para a modernidade”. E podemos verificar esse direcionamento nas mais variadas publicações, como Revista Nova, Lanterna Verde, Festa, Revista da Antropofagia, Movimento Brasileiro, Boletim de Ariel, Revista Acadêmica, Dom Casmurro, Diretrizes, Cultura Política e Movimento Brasileiro, e dentre elas, uma se destacou por seu intenso discurso nacional, sua longa permanência no mercado e sua alta tiragem. Estamos nos referindo a revista “O Cruzeiro”.

Lançada em 1928 pelo grupo de comunicação Diários Associados de Assis Chateaubriand, “O Cruzeiro” era uma revista com temáticas variadas e a primeira a

atingir quase todo o território nacional. Para SERPA(2006), a revista nasceu em um momento em que o Brasil buscava modernizar-se e com suas paginas repletas de ilustrações e remetendo ao glamour hollywoodiano conquistou milhares de leitores em um país em que o analfabetismo era quase uma regra. O autor aponta ainda que:

O Cruzeiro surge num período em que existiam poucos veículos de comunicação impressos, com padrões modernos e com circulação por todo o território nacional e, ainda, por alguns países da América Latina. A revista foi referência não só pelos temas que levantava, representando, dessa forma, o pensamento da elite política, social, econômica e religiosa da época. Representava a sociedade da classe dominante do Brasil daqueles anos[...]. Desde a sua primeira edição semanal em 10 de novembro de 1928 dedicou um amplo espaço para mostrar, escrever, anunciar, criar conceitos e ditar modas...(SERPA,2006 disponível em http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos7_b.htm)

Ao folhearmos a revista perceberemos que toda a sua estrutura é pensada para defender determinadas idéias, desde a reportagem central ou foto reportagem (que era mais comum na década de 1950), passando pelos folhetins, cadernos femininos, informes publicitários e paginas de humor, havia uma unidade nos discursos, uma pagina completava e reforçava a outra. Podemos inclusive afirmar, que no semanário o objetivo de informar viria depois do objetivo de defender determinadas concepções e vender idéias específicas. Um dos principais colaboradores da revista, Accioly Netto, que a dirigiu desde meados da década de 30, afirma que seu proprietário, Assis Chateaubriand passou a utilizá-la como veículo divulgador de suas iniciativas.⁷

Para cada uma de suas edições passou então a reservar páginas sem conta, onde estampava matérias sobre as campanhas que patrocinava, muitas vezes iniciativas até louváveis, mas sem interesse jornalístico imediato. As chamadas “matérias recomendadas” sempre focalizavam com exagero os festejos e comemorações, cujo único objetivo, às vezes era agradar aos poderosos. (NETTO, Accioly. Império de Papel: os bastidores de O Cruzeiro. Porto Alegre: Sulina, 1998. p. 85) Ou seja, a revista atuava quase como um palanque para seus dirigentes e proprietários.

Já em sua primeira edição a revista demonstrava qual seria o eixo norteador de suas publicações, o ufanismo⁸, e mais que isso, pregava a sua suposta missão de conduzir o país ao desenvolvimento e progresso. Com uma capa que fazia alusão clara ao nacionalismo brasileiro, o periódico se colocava no centro de uma das mais profundas discussões do

⁷ Essa afirmação é feita no livro “Império de papel” onde é contada a história do grupo Diário Associados. ⁸ Encaramos ufanismo a partir da análise de Antonio Celso e de Sodré que definem o sentimento ufanista como elemento construtor da identidade brasileira e que faz com que o real e o imaginário, a realidade existente e a possível se confundam. De acordo com Sodré (1998), o ufanismo, otimismo em sua forma exacerbada, porta-se como mecanismo psicossocial presente na formação do povo brasileiro a partir da primeira metade do século XX.

período; a construção de uma identidade nacional.



Figura 1 Capa de edição de 10/11/1928, primeira edição da revista. Disponibilizado pela biblioteca Mario de Andrade.

A bandeira do país, tomando toda a capa ao ser beijada por uma jovem com feições languidas apresentam ao leitor logo na primeira imagem a ligação entre o periódico e a nação. A revista levava o nome da constelação que simbolizava o Brasil e nascia referenciando a sua bandeira. E ao abri-la, o leitor confirmaria esse elo na carta de apresentação da edição que expunha o “dever” do novo veículo perante o país:

Depomos nas mãos do leitor a mais moderna revista brasileira. Nossas irmãs mais velhas nasceram por entre as demolições do Rio colonial, através de cujos escombros a civilização traçou a recta da Avenida Rio Branco: uma recta entre o passado e o futuro. Cruzeiro encontra já, ao nascer, o arranha-céu, a radiotelephonia e o correio aéreo: o esboço de um mundo novo no Novo Mundo. Seu nome é o da constelação que, ha milhões incontaveis de annos, scintila, aparentemente immovel, no céu austral, e o da nova moeda em que resuscitará a circulação do ouro. Nome deluz e de opulencia, idealista e realistico, synonymo de Brasil na linguagem da poesia e dos symbolos. Timbre de estrellas na bandeira da Patria, o cruzeiro foi, desde o primeiro dia da sua historia, um talisman. Nas solidões do mar, era o fanal nocturno dos navegantes. Vera Cruz, Santa Cruz, foram os nomes sacros que impuzeram á terra nova os nautas-cavalleiros na semana mystica do descobrimento. A armada descobridora apontara á vista dos íncolas attonitos, com as vermelhas cruces pintadas na pojadura palpitante das vélas. Na terra paradisíaca, por onde Eva

andava na verde floresta mais nua do que anda hoje nas praias fulvas de Copacabana, arvorou-se em signal de posse uma cruz, em memoria daquella outra em que um Homem divino fôra crucificado no reinado do lascivo Tiberio. Volvidos quatro seculos, a bandeira nacional recolhia num losangulo de céu a constelação tutelar, restaurando na linguagem dos symbolos o nome do baptismo de 1500. Cruzeiro é um título que inclue nas suas tres syllabas um programma de patriotismo.- Carlos Malheiros Dias- apresentação ao leitor, 1º edição, 10 de novembro de 1928.⁹

Se voltando ao passado da nação para justificar seu nome e destino, mas se colocando no seio da modernidade, a revista logo em suas primeiras palavras se transforma em metáfora para o Brasil que irá construir em suas páginas.

A questão ufanista, não era exclusividade da revista “O Cruzeiro”, muito pelo contrario, discursos do mesmo gênero eram bastante comuns no período, a valorização da cultura e da formação nacional já encontrava muitos adeptos desde o século XIX, porém após os movimentos modernistas da década de 1920, essa corrente ganhou força e forma.

O ufanismo se aflora como característica nacional. Segundo SODRÉ “...oBrasil torna-se o país do futuro, o país grandioso, de gente trabalhadora, simples, o país de enorme potencial (1988, p. 32). Conforme afirma OLIVEIRA(1990) o ufanismo se apresenta como uma variante do nacionalismo conservador do início do século que constrói simbolicamente a nação baseando-se em seu espaço, sua geografia e sua história, fornecendo um sentimento de pertencimento à elite brasileira, envolvendo ao mesmo tempo a contemplação e a recordação(p.59), e essa era claramente a proposta do periódico.

Durante os seus 54 anos de existência a revista traçou fronteiras, desbravou territórios, cobriu o golpe de 1930, a Segunda Guerra Mundial, o suicídio de Vargas, a chegada do homem à lua, apoiou os governos militares, ao mesmo tempo em que ensinava asmulheres a serem boas mães, dissertava sobre a noite paulistana ou as praias do Rio e vendia pneus Goodyear, dentifrício e tônico infantil. Tudo isso, sem deixar de lado as concepções políticas do grupo ao qual fazia parte.

Nas páginas de “O Cruzeiro” o Brasil ali desenhado era o país do futuro, cheio de riquezas, de possibilidades, de uma gente forte e de uma historia heróica, porém repleto de problemas que deveriam ser o mais rapidamente resolvidos.

Assim como os intelectuais anteriores e contemporâneos a ela, a revista elegeu

⁹ O editorial foi citado na integra para a demonstração de todos os ideais defendidos pela revista já em sua primeira edição, ele foi transcrito na grafia original diretamente da edição citada. A mesma foi cedida à pesquisa pela hemeroteca da Biblioteca Mario de Andrade.

a natureza como principal símbolo do país. Foram varias as matérias e fotorreportagens mostrando a opulência natural brasileira.

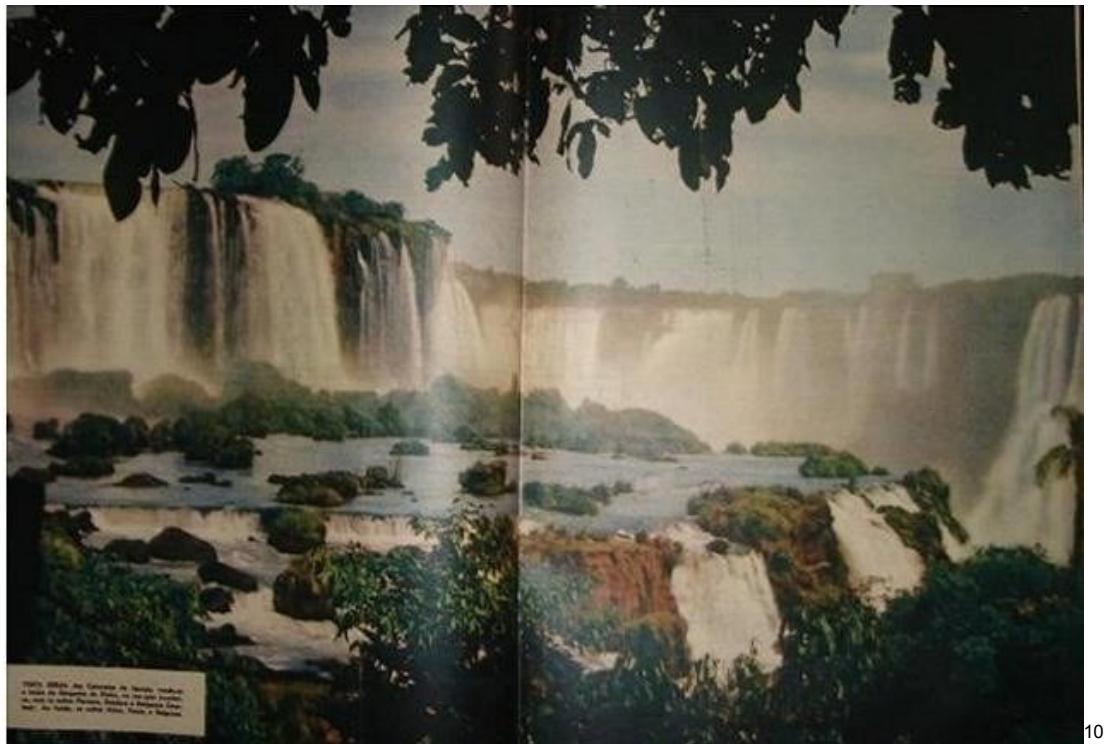


Figura 2- Iguazu- Água Grande, edição de Março de 1957.



Figura 3- publicação de 1955 intitulada "Janio mergulha no sertão."

¹⁰ As três fotorreportagens foram analisadas por meio do site memória viva, veículo que compila varias edições digitalizadas da revista "O Cruzeiro" e mantém um acervo de imagens para consulta publica. <http://www.memoriaviva.com.br/>



Figura 4- Maré Baixa, Janeiro de 1955

As imagens acima, ilustram reportagens de diferentes momentos da revista, a primeira é referente as cataratas do Iguaçu e foi publicada em 1957 com o título de “Iguaçu-Água Grande”, nela os repórteres além de apresentarem a exuberância do local, focam seu discurso nas capacidades oferecidas por ele, como o turismo e a geração de energia e mandam um recado ao governo federal apontando que era dever do mesmo explorar essas potencialidades. Do mesmo modo, na publicação de 1955 intitulada “Janio mergulha no sertão”, em que o periódico acompanha Janio Quadros a uma visita ao pantanal e ao sul do país, a principal imagem vinculada pela revista é a do político caçando um jacaré em um local totalmente isolado, o que primeiramente demonstra a imensidão natural do Brasil, mas que por outro lado passa a idéia de que essa natureza deve ser explorada, enfrentada e domesticada. Na terceira imagem também de 1955, vemos uma exaltação a beleza da praia do arpoador no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que percebemos uma propaganda do local como ponto turístico, ou seja, mais uma vez a natureza servindo a interesses de mercado e sendo usada como meio para atrair benefícios financeiros. Portanto “O Cruzeiro” abandonava a perspectiva da natureza como algo a se contemplar para defender sua utilização como meio para o progresso, a natureza que deve ser desbravada para o Brasil crescer.

Da mesma forma que a natureza, o indígena também foi tema recorrente nas publicações do semanário. Foram dezenas de matérias em que os índios brasileiros foram foco.



Figura 5-As 3 imagens são de O Cruzeiro,junho de 1952, pag.11 a 13 ¹¹

As três fotografias apresentadas, são do fotógrafo José Medeiros e fizeram parte de um conjunto de fotorreportagens divulgadas em “O Cruzeiro”, entre os anos de 1949 e 1952. Nessas matérias a revista demonstra um discurso integracionista e se autodenomina como grande desbravadora.

Na carta de apresentação da reportagem de 1952, assinada pelo General José Maria Rondon, Orlando Villas Bôas e Darcy Ribeiro, os jornalistas são parabenizados pela coragem e podemos perceber como a revista encarava seus próprios feitos.

Essa reportagem é mais que um grande feito jornalístico. É a primeira documentação autêntica e viva sobre os índios caiapós, e, bem assim, uma valiosa contribuição à etnologia brasileira. (O Cruzeiro,junho de 1952,pag. 11)

Na mesma publicação, logo após a apresentação da terceira imagem, nos é demonstrado as possíveis reais intenções da empreitada; a integração dos índios ao processo civilizatório brasileiro:

Fortes, amigos, eles não se negam a ajudar os civilizados em qualquer tipo

¹¹ Fotos retiradas do site <http://povosindigenas.com/jose-medeiros/>, elas fazem parte de uma serie de fotografias da expedição Roncador- Xingu.

de serviço. Já é tempo de aproveitar a inteligência e a capacidade dos indígenas em prol do progresso e da civilização desta nossa República (7 de junho de 1952, O Cruzeiro, pag.:13)

Fica claro, que o objetivo dessas incursões ao mundo indígena nada tem haver somente com uma admiração, ou respeito à cultura desse povo, mas sim inseri-los no dito mundo civilizado e utilizá-los em prol do progresso nacional, assim como deveria ser feito com a natureza.

O apelo integracionista direcionado aos indígenas é percebido claramente na serie de matérias publicadas na revista durante 1952, retratando o casamento da índia Kalapálo Diacuí com um sertanista. Com o Título “Cinderela tropical” a revista vai acompanhar os preparativos do casamento entre “esses 2 mundos” tão distintos, apresentando-os ao seu publico por dezenas de fotografias, demonstrando em cada uma delas uma proposta de mestiçagem para homogeneizar a população brasileira.

Nas primeiras publicações a índia foi mostrada como selvagem e atrasada, mas que graças ao seu contato com o homem branco e civilizado poderia ser salva. A união dos dois é festejada e o próprio Assis Chateaubriand torna-se padrinho no casamento do casal, e mesmo quando a protagonista morre ao voltar a aldeia teoricamente frustrando os planos de união, a revista não muda seu direcionamento, pois comemora a criação da filha da indígena por uma família branca (a mãe e o irmão do sertanista), ou seja, festeja a inserção da criança na “civilidade”.

Ao lermos a matéria, nos sentimos remetidos a um *Guarani* moderno e as avessas. Era como se uma romance indigenista fosse construído na realidade e o próprio final dramático, realça essa sensação. As paginas da coletânea da reportagem nos parece mais um folhetim da revista só que revestido do real.





Figura 6 e 7- (O Cruzeiro, Setembro de 1952)



Figura 8- (O Cruzeiro, Novembro de 1952)¹²

¹² Os noivos: Diacuí e Ayres da Cunha, acompanhados do pai da noiva e do padrinho do casal, Assis Chateaubriand. As imagens foram digitalizadas para a pesquisa diretamente da edição Novembro de 1952.

Na mesma linha do que era feito com os índios, outros grupos também eram explorados por seu lado exótico e/ou por seu não encaixe com a estrutura nacional que era pensada e defendida pela revista. Fotorreportagens como *Tributo de Sangue* de 1956, demonstrava o atraso e o abandono do sertão brasileiro, não em busca de melhorar a condição de vida dos posseiros do interior goiano mas como forma de implementar uma “guerra” contra essa realidade que travancava o desenvolvimento do país.

Essa concepção fica clara na introdução da matéria.

...Desenrolam-se nos cerrados de Goiás, já empapados de sangue, os episódios por vezes heróicos, por vezes bárbaros, mas sempre devoradores de vidas, que marcaram a era da colonização de todos os continentes – o “far-west” norte-americano, a luta contra os suseranos feudais em solo europeu, a resistência africana aos conquistadores brancos, o desespero Incaico ou Botocudo ante as hordas invasoras espanholas ou lusitanas. Não é somente possível, é quase certo que os sangrentos choques que estão se sucedendo entre Uruaçu e Parangatu na região do Formoso e do Ribeirão das Trombas, no noroeste goiano, sejam rebentos tardios de uma época histórica já superada. É certo ainda que todas as vidas que já tombaram naquelas terras poderiam ter sido poupadas, se o Poder Público, mais previdente, mais cauteloso, tivesse agido em tempo com rapidez e espírito de justiça sumária. De qualquer forma, porém, a situação cristalizada em desavenças que poderão chegar a resultados mais trágicos ainda, aí está. Goiás está pagando pesado tributo à sua extraordinária expansão nestes últimos anos, com a valorização vertiginosa de seus campos e florestas. Dezenas de homens já foram imolados ao Progresso, que é um deus materialista, mas em cujo altar se ajoelham todos os povos, impelidos por um determinismo histórico que a ninguém é dado fugir. Dentro deste espírito e enquadrada nestas normas, foi escrita e fotografada a presente reportagem.”(O Cruzeiro, 1956).

Enfim, esse Brasil ainda pautado nos ditames coloniais, nos conflitos sangrentos por terra, não servia mais, não poderia mais ser permitido. O atraso deveria ser superado e esses locais abandonados, inseridos realmente nas fronteiras nacionais.

Além dos índios e do sertão atrasado, outro foco constante nas páginas de “O Cruzeiro”, foi a cidade de São Paulo, não só nas fotorreportagens mas também nas páginas de cultura, nos folhetins e na publicidade. Ao contrário das outras publicações que mostravam os problemas a serem enfrentados por esse Brasil que se civilizava, as matérias sobre São Paulo retomavam o discurso ufanista e colocavam a cidade como modelo, como representante do

progresso que já havia chegado.

Ao mostrar as estradas, as pontes, a vida noturna e cultural da capital paulista nos parece que o semanário aponta o caminho a ser trilhado pelo restante do Brasil e realmente consagra São Paulo como motor nacional.

Muitos veículos e autores já haviam percorrido essa mesma direção em suas obras, a caracterização de “Terra de Gigantes” atribuída a São Paulo desde o início do século, principalmente pelos membros Instituto Histórico Geográfico de São Paulo.¹³ Segundo SOUZA(2000):

Uma certa historiografia paulista dos anos 20, 30 e 40 do século XX empenhou-se na construção de imagens positivas do passado da capitania de São Paulo, invocando sobretudo a “epopéia bandeirante” e os feitos que levaram ao recuo do Meridiano. Afonso Taunay e sobretudo Alfredo Ellis foram os principais expoentes dessa tendência. Até mesmo um grande historiador como Jaime Cortesão se deixou fascinar por essas abordagens, e o seu estudo sobre Antonio Raposo Tavares destaca papel e o empenho dos sertanistas em ganharem terras para o rei de Portugal (p.262)

E mesmo que por volta da década de 1950¹⁴, muitas obras historiográficas surjam para contestar e problematizar essa visão, esses elementos ainda continuam recorrentes em muitos meios, como forma de embasarem teoricamente a idéia da elite paulista daquele momento que se colocava como a única que teria condições de promover a defesa da constituição da nação(BLAJ,2002.).

¹³ Conferir BLAJ, Ilana. *A Trama das Tensões - O Processo de Mercantilização de São Paulo colonial (1681- 1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

¹⁴ Para confirmar essa afirmação, conferir as obras *Monções e Caminhos e Fronteiras* de Sergio Buarque de Holanda e *Negros da Terra*, John Monteiro



Figura 9 e 10-O cruzeiro junho de 1957.

Na serie, Tire o chapéu a São Paulo de 1957, é mostrado a infinidades de

15 Digitalização feita com autorização da Hemeroteca da biblioteca Mario de Andrade.

obras publicas que estavam em andamento na cidade e faz-se uma grande propaganda do desenvolvimentismo paulista:

Quem voa sobre São Paulo observa a olho nu que o território paulistafoi transformado numa verdadeira usina: trabalha-se dia e noite nas suas estradas, e o ronco dos tratores, a fumaça das unidades preparadoras doasfalto, o andar imponente de pesadas máquinas, o avanço dos rolos compressores proporcionam um sono tranqüilo ao contribuinte bandeirante que sabe onde e como está sendo empregado seu dinheiro.” (O Cruzeiro, 1957)

Em 1954, ano do VI centenário paulista, as reportagens sobre São Paulo ganharam um contorno mais profundo, principalmente no que se refere a defesa da “cidade bandeirante” . A maioria das referencias a cidade e ao estado- que foram muitas- buscavam no passado paulista a explicação para a grandeza do presente e como forma de delinear o futuro. A figura do bandeirante, o grito do Ipiranga, José de Anchieta, vão se tornar cartas marcadas nas paginas da revista.

Mas o passado ali demonstrado nos folhetins, nas peças publicitárias e nas reportagens especiais, era um passado construído para emoldurar as conquistas do presente. A atualidade e o futuro era o que realmente importavam.



Figura 7-Reportagem sobre o teatro paulista,(O Cruzeiro, 1954)



• COLCHÃO DE MOLAS BRASIL •
Garantia de absoluto conforto



16

Figura 11-Peças publicitárias (O Cruzeiro,1954)

Ao observarmos as peças publicitárias percebemos a clara exaltação a cidade e a história paulista, e a direta referência ao passado e ao presente grandioso. O amor à bandeira, os arranha céus no horizonte ao lado de um quadro da primeira missa, emolduram um discurso muito além do publicitário. O que ali está sendo vendido não são apenas pneus ou colchões, mas toda uma saga que “explicaria” o motivo de São Paulo ser reverenciada e colocada como exemplo para todo o país.

Saga esta, que foi apresentada por Dinah Silveira de Queiroz na forma de um romance histórico que foi publicado quase que em sua totalidade acompanhado, ou acompanhando peças publicitárias ou fotorreportagens como as citadas acima. O quadro da Goodyear foi lançado no mesmo dia em que o primeiro capítulo do folhetim foi apresentado e por mais que sejam formas diferentes de expressão, o discurso é o mesmo, o olhar para o passado com a intenção de descortinar o presente e quem “abre essas cortinas” é justamente

¹⁶ As imagens serão retomadas quando tratarmos do IV centenário e da construção da memória coletiva sobre São Paulo.

uma mulher.

Ao analisarmos as diferentes matérias sobre São Paulo, publicadas na revista, acreditamos que o semanário, encarava a capital paulista como síntese do caminho a ser trilhado pela nação brasileira. Uma nação que ainda construía seu futuro e que assim como os bandeirantes e as personagens de nossa fonte, precisa desbravar territórios, domesticar indígenas, lutar contra o abandono e o atraso, se voltar para si mesmo e utilizar todos os seus recursos para enfim contemplar um futuro grandioso.

O Cruzeiro desenhou a cada pagina um retrato de Brasil inserido nos anseios de uma jovem republica que ainda tentava se constituir enquanto nação. Com suas fotorreportagens se colocava como detentora da verdade, que não era só contada, mas mostrada. Com os produtos que anunciava vendia junto um ideal de beleza, de higiene, de saúde. Em suas colunas propunha normas e condutas e ao distrair com seus folhetins e páginas de humor exaltava aliados e reforçava ideais ao mesmo tempo que segregava e ridicularizava outros.

Por mais que saibamos que o Brasil ali representado não era o Brasil real, por toda a sua força a revista acabou por realçar um imaginário a muito construído e que ecoava com o que outros grupos buscavam para o país desde o início do século XX.

Partindo de uma óptica diferente, mas trilhando o mesmo caminho, em um cômodo esfumado e pequeno na Rua do Ouvidor, número 110, no Rio de Janeiro, reunia-se um seletto grupo de escritores, que no decorrer de mais de quatro décadas, serão responsáveis pelas principais obras sobre a história do Brasil, tanto no campo da ficção quanto na historiografia propriamente dita. “A Casa” como era chamada por seus freqüentadores, abrigava sob a tutela de José Olympio Pereira Filho nomes que se transformariam em clássicos da literatura e da política nacional e que ajudariam a esboçar o imaginário acerca do país. Graciliano Ramos, Gilberto Freyre, Jorge Amado, Rachel de Queiroz; Adalgisa Nery; Oswaldo Orico; Dinah Silveira de Queiroz; Octavio Tarquinio de Sousa, Guimarães Rosa, José Lins do Rego, Marques Rebelo, Sergio Buarque de Holanda, Getulio Vargas, dentre outros, fizeram das prensas da Editora José Olympio o principal meio difusor de idéias, debates, discursos e estudos com relação a formação nacional e a construção históricabrasileira.

O anfitrião, um paulista da cidade de Batatás, era descrito pelos amigos, como alguém com um tino surpreendente para os negócios. Iniciou seu caminho no campo editorial, ainda muito jovem como empacotador de livros na livraria Guarraux. Em 1931, aos 29 anos inauguraria a livraria, que seria batizada com seu nome ainda em São Paulo,

transferindo-a posteriormente ao endereço na qual se consagrou, na Capital Federal. Em menos de três anos iniciaria seus trabalhos como editor, publicando obras de Humberto Campos, Graciliano Ramos e Raquel de Queiroz. Em época de analfabetismo predominante, investia em grandes tiragens e autores até então desconhecidos. Em sua primeira década de existência, a editora publicaria nada menos do que 600 títulos e mais de dois milhões de exemplares seriam vendidos sob o seu selo. A razão do sucesso em tão pouco tempo é apresentada por SOARES(2006), ao afirmar que o editor trabalhava muito com a intuição, diversificava as publicações, variando entre ficção, obras científicas, e traduções, sempre destinando a maior fatia do catálogo a autores brasileiros. Além disso, JO, como foi carinhosamente apelidado por Gilberto Freyre conforme PAIXÃO(2008), era agressivo na divulgação de seus livros, dedicando bons investimentos em anúncios de jornais e revistas, cuidando pessoalmente das capas e da qualidade gráfica de suas publicações, realizando pesquisas de mercado com o público e mantendo sempre a qualidade dos nomes a quem representava e de seus demais colaboradores, como ilustradores por exemplo.

A dedicação às letras, pode ser vista no slogan escolhido para a editora “Um país é feito de homens e livros”, a frase de Monteiro Lobato foi apropriada por José Olympio, por segundo ele próprio sintetizar a vocação de sua “Casa”, criar um país de leitores e de homens ilustrados, capazes de conduzir à nação aos caminhos do desenvolvimento (PEREIRA,2008).

O lema, também pode indicar outro grande interesse para o editor, a História brasileira. Em muitos de seus pronunciamentos públicos e também em cartas a seus amigos mais próximos, JO faz menção a grandeza da História nacional e da necessidade de se desbravar, compreender e contar essa história. Que só assim a Brasil poderia superar parte de seus problemas e se construir enquanto uma verdadeira nação. Essa crença explicaria, porque grande parte dos títulos da editora remontariam a formação histórica brasileira, principalmente ao período colonial.

A coleção “Documentos Brasileiros”, organizada inicialmente por Gilberto Freyre é um interessante ponto de partida para buscarmos compreender que Brasil era esse enxergado e almejado por uma das maiores editoras do país. Publicada entre 1936 e 1980, a coleção é considerada ainda hoje, um dos principais marcos editoriais da historiografia brasileira. Segundo FRANZINI(2013) principalmente entre 1940 e 1950 a coletânea “se constituiu no principal veículo de difusão das mais importantes reflexões então produzidas a respeito do passado e do presente do País”(Pag. 26).

Para o autor, a coleção expressaria o espírito patriótico não só da editora na

qual foi produzida mas de toda uma época. Composta de textos escritos por intelectuais de varias regiões brasileiras e escritos com uma linguagem relativamente simples para o período, a coletânea visava atingir um vasto público e realmente suscitar um debate que reformulasse a historia nacional.

Não foi coincidência o primeiro titulo a ser lançado pela coleção ter sido Raízes do Brasil de Sergio Buarque de Holanda, obra que buscava uma interpretação para o processo de formação da sociedade brasileira e que em seu próprio nome demonstrava a intenção dos organizadores da compilação, traçar uma arvore genealógica para o Brasil, buscar sua origem, recriar sua história, não apenas como sucessão de fatos e como umainfinita listas de nomes, mas como algo vivo e cativante. Como aponta FRANZINI(2013), aoutilizar “ narrativas de viagem, inventários, testamentos e outros papéis privados, seus autores compuseram uma história de homens vivos em repúdio à enfadonha sucessão de acontecimentos típica da historiografia do IHGB. (Pag.29)”

O próprio Gilberto Freyre ao inaugurar a coleção e escrever o prefacio de Raízes do Brasil demonstra as intenções do grupo.

trazer ao movimento intelectual que agita o nosso país, à ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desdeo inventário à biografia; desde o documento em estado quase bruto à interpretação sociológica em forma de ensaio... Ao interesse pela divulgação do novo romance brasileiro ele junta agora o interesse pela divulgação do documento virgem e do estudo documentado que fixe, interprete ou esclareça aspectos significativos da nossa formação ou da nossa atualidade. (FREYRE in HOLANDA, 1936,)

Não dizia respeito apenas a escrever sobre história do Brasil, mas escrever uma nova história brasileira. Novos documentos, novos autores e uma nova forma textual. Ao abranger nomes que muitas vezes se completavam em seus discursos, JO e Gilberto Freyre buscavam a divulgação “de olhares objetivos e precisos sobre o Brasil,”(FRANZINI 2013, pag. 35).

E provavelmente será guiada por esses novos olhares que QUEIROZ, irá compor sua obra mais famosa, e será envolvida pelos ideais de seus empregadores, de uma lado ou de outro que ela ilustrará seu romance.

Suas mulheres, sua narrativa e seus cenários demonstraram a cada linha os ecos de Assis, José Olimpio, O Cruzeiro e Documentos Brasileiros, reforçando por meio de uma ficção o que intelectuais, editores, jornalistas e publicitários divulgavam e defendiam sobre o velho e no novo Brasil. E os heróis escolhidos pela autora, já haviam sido eleitos muito antes por outras vezes.

CAPÍTULO II:

O BRASIL DE DINAH: ENTRE HEROIS, VILÕES E EXCLUIDOS.

Uma jovem portuguesa é encomendada por uma rica família colonial para torna-se esposa de um dos filhos do patriarca, a prática muito comum no período devido a falta de mulheres brancas na colônia, arrasta para esse lado do Atlântico, a sonhadora Cristina, uma parente distante da família e com graves problemas financeiros.

Os noivos não se conhecem, apenas trocaram fotografias, mas mesmo assim a menina se esforça em convencer-se de que ama o futuro marido e espera ansiosamente seu desembarque nesse novo mundo para encontrá-lo.

O que a portuguesinha não sabe é que a sua afinidade com seu marido será o menor dos seus problemas, pois sua relação amorosa será apenas um pretexto para Dinah Silveira de Queiroz, contar sua própria versão da construção do Brasil.

Logo nas primeiras linhas do romance a autora constrói um retrato pouco favorável da colônia portuguesa na América, principalmente do litoral paulista. “Era como uma brecha ou ferida rasgando as arvores e as plantas, uma vila miserável transbordando de gente” (QUEIROZ, p 11). Uma terra abandonada, suja, habitada por “mestiços ignorantes”, uma gente sem lei e sem fé. Ao fazer essas afirmações, Dinah, se utiliza da visão de Cristina, no entanto em momento algum ela desconstrói essa imagem por meio de outro personagem, pelo contrario ainda no mesmo trecho, o capitão que acompanhava a menina reafirma essa condição ao dizer:

A pobreza arrogante dessa terra, os índios feios como Judas, os brancos, sujos, fanfarrões e briguentos e os negros fazendo aquilo que lhes ensinaram. Os padres vivendo a brigar com os brancos, mas lhes dizendo as missas e as mulheres escondidas em casas como coelhos nas tocas, ignorantes e obstinadas...vede bem pois de perto é ainda pior, esse povo cheirar diferente. (QUEIROZ, p 13).

Acreditamos que a intenção da autora com suas palavras seja demonstrar como Portugal abandonou a capitania de São Paulo e como os portugueses enxergavam os colonos paulistas, afinal os dois personagens apresentados eram portugueses e o segundo inclusive era membro do governo.

Mas o que mais chama a atenção de Cristina ao desembarcar é a grandiosidade da natureza, o mar, a floresta, os grandes paredões de rocha e os animais diferentes e belos a deixam sem ar, ao mesmo tempo encantada e assustada. E em toda a obra a autora faz referência a imponência da natureza brasileira, sua força, sua beleza, seu potencial e

principalmente seus riscos. Novamente na fala de Cristina, Dinah aponta que a força dessa natureza obriga os homens a serem fortes, pois caso contrário a colônia os engolirá. (QUEIROZ, p 34).

Ou seja, QUEIROZ exalta a natureza brasileira ao mesmo tempo que demonstra seu temor por ela

e de repente sua visão abriu, medrosa. Pelo alto do animal via passarem as folhas das árvores, como mãos que a poderiam pegar, — Então... por aqui não há ninguém?— Só gente pequenina, de pés para trás — disse Aimbé, rindo. — Branco não come aqui. Branco vai correndo depressa . (QUEIROZ, p 15).

E essa apresentação é condizente, tanto com os discursos pregados pela revista, quanto por muitas obras historiográficas do período que como dito anteriormente, viam os bens naturais não como algo a ser meramente contemplado, mas como sim superado.

A natureza provoca tanto fascínio e medo em *A Muralha*, que o próprio título do folhetim se refere a ela como um obstáculo a ser transposto e como a maior barreira entre o litoral e o sertão. E o caminho de Cristina até Lagoa Serena, do outro lado da Serra do Mar, pode inclusive ser encarado como metáfora, do caminho que o Brasil deveria percorrer para alcançar seu destino. A protagonista, se embrenha no desconhecido, guiada por um mestiço e montada no lombo de uma mula, é arranhada e se corta com galhos, o sangue escorre de suas mãos e sua pele clara se queima com o calor e com as picadas de insetos, no trajeto ela perde todos os seus bens, mas quando ela encara o medo e enfrenta a mata de frente, ela consegue chegar ao outro lado.

Outro ponto em comum entre a obra e seus veículos, é o papel do índio em seu enredo. Dinah, trata o nativo brasileiro como um ser inferior que precisa ser cuidado, ignorante, quase como uma criança. Quando os personagens se dirigem aos bugres¹⁷ é comum a expressão de pena ou a referência a sua passividade e desejo de aprender, mesmo que com grandes dificuldades.

— Ei, Tiago! Tiago! Nada. O silêncio, uns grilinhos, a voz dos sapos. O índio correu para junto de Dom Braz Olinto:

— Meu senhor chamou?

— E tu te chamas Tiago? — disse o velho senhor do Sertão, com voz áspera. O índio respondeu manso, com o queixo caído; ainda que Dom Braz não lhe visse o rosto submisso, sua voz era doce e afetuosa — Mas quando meu senhor chama, por qualquer nome, eu atendo. ..(QUEIROZ,P.54)

O nativo era companhia constante dos brancos e os auxiliavam nos trabalhos da roça, da casa e durante as bandeiras e aparentemente não havia na obra, qualquer intenção

¹⁷ Termo utilizado na obra para se referir aos indígenas, também é utilizado preto ou negro da terra.

de problematizar a questão da exploração indígena, toda a situação do índio como servo ou auxiliar era apresentada com muita naturalidade

...e Parati carregou as arcas de sua nova Senhora feliz em poder ajudar a dona de Tiago, era bom ficar na casa, lá sempre tinha boa comida e um lugar para dormir na cozinha. (QUEIROZ, p 60)

Da mesma forma foi representada a figura do mestiço, porém com menos benevolência. O principal personagem desse grupo é Aimbé, descrito pela autora como uma pessoa esquisita, sem modos e feia, de cara achatada e suja. Em muitos momentos da trama, fica claro as várias falhas de caráter da personagem, falhas essas que são atribuídas, na maioria dos casos a sua condição de mestiço.

Nesta confusão se chegou uma figura estranha: um mestiço ruivo, de face sardenta e rosada, de olhos fendidos no rosto chato. Vestia roupa decente, calça de algodão, gibão de couro, mas nem a roupa apagava os traços de sua raça. (QUEIROZ, p 12)

...mas dele não podia esperar algo diferente, afinal a indolência estava no sangue misturado (QUEIROZ, p 72)

Preferia ser um negro da terra a ser um mestiço imundo como vosmiçê,, que é ruim desde a barriga. (QUEIROZ, p 25)

Nesse aspecto, Dinah destoa por um lado, dos ideais da revista e mesmo da editora, visto que a mestiçagem era encarada por esses veículos como uma forma de integrar a população brasileira e mesmo enbranquece-la e civilizá-la como vimos anteriormente. Gilberto Freyre, por exemplo, que era certamente um dos principais nomes da editora José Olympio, tratava a questão do mestiço por um viés diferente ao apontar a mistura das raças como parte primordial da cultura brasileira.

Nos parece que o olhar de Dinah, estaria mais voltado para as correntes oitocentistas, que se referiam a questão racial e a mistura das raças para explicar os problemas nacionais. SENRA nos diz que:

O mulato, o mameluco e o cafuzo, segundo os pensadores oitocentistas, seriam biologicamente, moralmente e intelectualmente inferiores por serem portadores de uma herança biológica defeituosa transmitida pelo negro e pelo nativo. Tal situação, configurada na condição psicológica e biológica do povo, refletiria no futuro da nação; uma população formada por pessoas consideradas ignorantes, indispostas, sem caráter, levaria o país ao caos político e social. “O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre as raças desiguais, encerra, para autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica” (2011, p.47)

Se o nativo é visto de maneira infantil e o mestiço como um problema, o negro praticamente não aparece no enredo, ele torna-se mera alegoria, um objeto em cena com a única função de completar o cenário. Nós compreendemos o silêncio da autora

com relação figura do escravo, como o próprio silêncio da sociedade na década de 1950, em relação ao negro, pois, para o contexto em que a obra foi escrita, esse debate não cabia. Afinal a intenção principal do texto era a comemoração e a exaltação do paulista, e por mais que o período vivesse o ápice da defesa do mito da democracia racial, aparentemente, naquele momento os negros ainda não poderiam entrar na história, principalmente se pensarmos a partir das palavras de Munanga (2004), ao delimitar que

... este mito tem uma penetração profunda na sociedade brasileira: O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não – brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão do qual são vítimas na sociedade. (p. 89)

Como afirmamos inúmeras vezes, o centro da construção ficcional de Queiroz, era o herói bandeirante. Era a ele que se destinavam todas as referências, os debates e alegorias. Retratados como grandes desbravadores e gigantes que enfrentaram todos os perigos em nome do desenvolvimento, ao mesmo tempo que eram homens de fé e defensores da família, os antepassados paulistas transformaram-se em mitos por meio das hábeis palavras da autora.

...os corajosos homens de São Paulo lançam-se em mais uma empreitada, levando em seus corações a lembrança de suas mulheres e a sua frente a imagem da Santa Virgem. (QUEIROZ,p 60)

São tão grandiosos quanto essa imensidão, e não são pelas roupas, ou pelos pertences, mas pro sua coragem e sua honra(QUEIROZ,p 62)

Durante praticamente todo o desenrolar do enredo a imagem heróica do bandeirante é construída, desde os mais simples diálogos domésticos , em que os homens de Lagoa Serena afirmavam sua fidelidade a São Paulo e não a Portugal, até na representação de uma dos mais sangrentos conflitos da Guerra dos Emboabas, a batalha do capão da traição, em que os personagens são traídos, emboscados, mas lutam bravamente e depois poupam a vida dos adversários, como prova de honra e generosidade.

A Odisséia bandeirante é emoldurada de sensibilidade, de saudade de casa e de orgulho por pertencer a um povo diferente dos reinóis ,¹⁸ que para Queiroz, surgem como os grandes antagonistas da trama. Preguiçosos, interesseiros e corruptos, era dessa maneira que os habitantes do litoral eram representados. Em mais de uma vez, a autora

¹⁸ Forma como os paulistas se dirigiam a habitantes de outras capitâneas fiéis ao rei de Portugal.

expõe a idéia de que a esse outro grupo interessava somente as riquezas dessa terra e não em fazê-la produzir.

Ao escrever sobre a guerra dos emboabas pro exemplo, Queiroz, descreve os boavas (adversários dos paulistas), como homens animalescos, capazes de trair e violentar pessoas indefesas por simples prazer .

Ou seja, Dinah transfere para a sua obra toda a narrativa do mito bandeirante que vinha ganhando forma desde o século XIX em todo o país.

Segundo RAIMUNDO(2004 p.79) “O mito do bandeirante foi construído como uma tradição inventada por meio de repetições para criar um imaginário coletivo na sociedade brasileira e forçar a identificação de parte dessa sociedade com o mito criado” e que ao se pensar nessa mitologia específica devemos, conforme SOUZA(S/data), enxergá-la como o conjunto de narrativas e tradições referentes à imagem do bandeirante enquanto fundador da nacionalidade e enquanto símbolo do paulista e não como um personagem histórico único e factual.(p.151). Para ABUD,

...a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo, pois ao mesmo tempo em que denunciava as qualidades de arrojo, progresso e riqueza que São Paulo possuía, representava o novo processo de integração territorial que dera sentido à vida nacional” (1985, p. 139).

Indo ao encontro de Abud, LUCA nos afirma que:

A narração da conquista e da manutenção do território foi transformada na grande epopéia nacional, redimindo não só o nosso passado mas também as regiões tropicais que – afinal – davam sinais de poder conviver com a civilização. Essa construção excludente, que transpunha a recente supremacia desfrutada por São Paulo para o tempo mítico das origens, mal conseguia disfarçar suas implicações políticas” (Luca, 1999: 86).

O bandeirante surge portanto, como o herói necessário a uma sociedade que busca se formar e criar identificações coletivas e laços identitários, tanto no que se refere a não brasileira como um todo, quanto no que aponta para a própria identidade paulista.

O Brasil criado nas paginas de Dinah Silveira de Queiroz, é antes de tudo um Brasil bandeirante, um Brasil imaginado e criado pelos paulistas. Por isso mesmo, o nativo ali representado, o mestiço estereotipado, o vilão escolhido e o negro excluído, são adornos para confirmar as intenções prévias da autora e as expectativas de determinados grupos sócias do período, que ao ler o folhetim procuravam se ver nele.

CAPITULO III

REPRESENTANDO AS BANDEIRANTES: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA MULHER PAULISTA NA HISTORIOGRAFIA E ALGUNS APONTAMENTOS ACERCA DAS TEORIAS DE GÊNERO.

Quando os primeiros dados da pesquisa foram colocados à nossa disposição, nos questionamos acerca da categoria de análise que usaríamos, visto que ao nos referirmos a representação feminina provavelmente, seríamos direcionados a categoria de Gênero. Por uma questão de escolha, optamos por trabalhar as representações presentes em nossas fontes como algo além dos discursos de gênero, pois compreendemos que a pesquisa acabou se conduzindo a outro caminho ao que enxerga os discursos analisados como um projeto de construção de uma nacionalidade brasileira e que a representação do feminino é uma parte e não o todo. Porém como ainda nos dirigimos a figura feminina nos veículos analisados faz-se necessário o embasamento nos estudos de gênero.

O desenvolvimento da categoria mescla-se com os movimentos feministas dos anos de 1960 e 1970, chegando até o ponto de muitos acreditarem que gênero seria uma evolução linear da história das mulheres que teria se originado desses movimentos feministas. Isso não é um engano total, mas não podemos acreditar na explicação só por ela ser a mais simples. SCOTT(1992), chama-nos a atenção para os riscos de se acreditar nessa visão linear, pois a mesma não representa bem o campo de estudo, história das mulheres.

A história deste campo não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história. Embora a história das mulheres esteja associada a emergência do feminismo, este não desapareceu, seja como uma presença na academia ou na sociedade em geral, ainda que os termos de sua organização e de sua existência tenham mudado. (SCOTT, 1992, p65.)

E do mesmo modo que a história das mulheres só se tornou possível graças a um conjunto de fatores, como por exemplo o desenvolvimento da nova história, também não podemos encarar o surgimento e fortalecimento do conceito de gênero a apenas uma evolução da história das mulheres, até por que as análises de gênero, não se reduzem somente a discussões historiográficas.

No campo historiográfico, no entanto, o conceito de gênero vem como auxílio aos

trabalhos envolvendo historia das mulheres, trabalhos estes que conforme afirma

LISLY(2006) eram “estudos focados exclusivamente nas mulheres [...] a historia das mulheres seguia sendo uma Historia paralela”(p. 69) .Para BRITO, nos primeiros textos sobre a historia das mulheres

permanecem restrições, tanto no campo temático como teórico, pois a busca do particular às mulheres conduz a um fechamento em torno do feminino, sem procurar o entendimento da diferença entre os sexos fora do círculo limitado da opressão. Entre trabalhos que colocam a ideia do crescente progresso da condição feminina e outros que se referem constantemente à desvalorização da mulher, não se encontra uma história relacional, que analise como são construídas as relações entre os dois sexos, incluindo a questão do poder. (p. 24)

É neste ponto que as análises de gênero se tornam fundamentais historiograficamente ao se escolher as mulheres como objeto de pesquisa, pois recorrendo a SCOTT :

o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primeira de representar as relações de poder." (Scott, 1988, p.141).

BRITO, completa essa idéia afirmando que:

a construção do gênero tem uma função de legitimação das relações sociais, o que se constitui em um elemento político, sendo, assim, um campo fértil para análise dos processos de organização dos poderes em diferentes sociedades. Esta compreensão do conceito gênero precisa a sua definição, ao mesmo tempo que a amplia, com uma abrangência que não só permite, mas exige, incluir o domínio do político nas análises feitas. Outro aspecto a destacar é o seu caráter relacional, ou seja, a definição de homens e mulheres em termos recíprocos, com histórias que podem ser confrontadas, o que não quer dizer exclusão de hierarquias. (p. 23)

Portanto, o conceito de gênero não exclui, não separa, mas analisa as relações, relações estas que são políticas, mesmo estando inseridas no campo privado, porém isto não significa dizer que a categoria Historia das Mulheres, foi substituída pelas análises de gênero, pelo contrario, ao conciliar os dois é possível realizar um trabalho mais rico.

Com relação a nossa pesquisa, acreditamos trabalhar apenas com o conceito de gênero, pois trabalhamos não com o Brasil colônia e as mulheres paulistas e bandeirantes diretamente, mas com representações sobre estes grupos, e essas representações, inclusive as historiográficas só podem ser compreendidas se aplicarmos as teoria de gênero, pois ao falarmos de representação, principalmente de representação feminina em qualquer período, devemos entender que estas são construídas a partir de ideologias políticas, que elas não são alheias ao seu tempo e que, portanto, são passíveis de mudança, do mesmo modo que as

concepções de feminino e masculino também não são fixas.

Seguindo a linha de pesquisadoras como SCOTT e LOURO acreditamos que feminilidade e masculinidade são conceitos mutantes histórico, cultural e socialmente, que “ser” mulher em 1950 não é o mesmo que o ser na colônia ou nos dias atuais. LOURO (1998) afirma que as identidades de gênero estão profundamente ligadas aos discursos e relações sociais além é claro do tempo histórico; que ser homem ou mulher é resultado de subjetividades pessoais somados ao contexto social, cultural e histórico de um indivíduo.

Por tanto é a partir de uma construção social específica que se definem e se fortalecem as relações de gênero. Culturalmente, a mulher ocidental possui um lugar bem específico no meio social. Atualmente mudanças importantes estão acontecendo, mas de maneira geral, a mulher ainda é enxergada como a mãe, dona-de-casa e esposa. FREITAS nos aponta que

Segundo aspectos histórico-sociais enfatizados pela filosofia, a feminilidade está condicionada a um destino que rouba-lhe o direito de ser livre determinar seu papel na sociedade. O “ser mulher” implica um confinamento e domesticação atribuídos a uma “vida em relação”, é preciso viver sempre para o marido, para o filho e para a família e qualquer saída disso é rompimento.(FREITAS,s/data.Pag 01)

Por tanto a condição biológica determina o que seremos socialmente, justificando e firmando assim desigualdades e violências. O gênero aparece desse modo como uma ferramenta política reforçadora de posições de dominação, onde discursos biológicos, religiosos ou psicológicos se inserem como verdadeiros “manuais de conduta” guiando a existência de cada indivíduo baseando-se no sexo físico ao qual ele pertence, ditando normas sociais de convivência, trabalho e inclusive de sentimentos e desejos. Entender essas relações de gênero através da óptica política é tentar se aproximar mais de uma História completa, onde não só os homens atuam, é retirar a mulher da invisibilidade que lhe foi imposta e conferir-lhe seu real papel de sujeito histórico atuante e presente. Para TELES, inclusive:

ao abordar o desenvolvimento da condição da mulher na sociedade brasileira através dos tempos, sua vida, seus anseios, sua maneira de pensar e participar dos acontecimentos culturais e políticos, chegamos ao ponto de uma verificação da necessidade de reconstruir a história do Brasil.(2003, p. 11)

Pensar a “mulher” e o que é “ser mulher” em uma dada sociedade, é também pensar a política, a economia, as relações sociais e principalmente de poder, é retirar o véu

que nos atrapalha a visão, para ver de maneira mais clara e ampla, é pensar a história por uma perspectiva diferente e reveladora. E ao colocar, nossa fonte frente a essas concepções, poderemos entender melhor por exemplo, por que as representações de femininose transformam ao longo dos anos e questionar como a própria “autora” representa as mais variadas figuras femininas.

Em *A muralha*, as mulheres ali encontradas vagueiam entre a visão comum do modelo feminino (submissa, casta, mãe, dona de casa) e uma força e determinação quase sobre humanas, e encontramos também ao presenciarmos as relações ali apresentadas inúmeras concepções ditas naturais de feminino e masculino, ao lado de relações e personagens não tão presentes ao senso comum tanto histográfico quanto social.

Ao vermos em *A Muralha*, mulheres e homens que não se enquadram em estereótipos pré-definidos, como a passividade ou a dureza, mas que reúnem em si características tanto de um gênero quanto de outro, isso nos surpreende pois retira do masculino e feminino essa oposição binária, em que ao homem cabe apenas certas atitudes e a mulher possui características naturais que não podem ser mudadas. A autora, consciente ou inconscientemente, consegue estabelecer um caráter complexo em seus personagens, talvez, por que neles estejam contidas as representações que a autora recebeu sobre a colônia mescladas com as noções de masculino e feminino em transformação nos anos de 1950, mas isso não quer dizer que ela cria novas visões de masculino e feminino, apenas não as simplifica.

E só nos utilizando de concepções como as trazidas por MATOS, não corremos o risco de acreditar que Dinah se antecipa ou cria homens e mulheres não passíveis de serem reais, pois segundo MATOS:

Tendo entre suas preocupações evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas, os estudos de gênero procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente rodizadas, através de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder, conceitos normativos, relações de parentesco, econômicas e políticas. (MATOS, 1997, p. 85)

Já na primeira parte, com a chegada de Cristina e Joana Antonia, vemos as mulheres como mercadorias, que eram encomendadas do além mar para se casarem com desconhecidos na colônia. Elas pouco ou nada poderiam fazer para fugir dessa situação pois depois que desembarcaram nessas terras seria pouco provável que conseguissem voltar para a Europa. E mesmo longe das convenções do mundo europeu, sua condição de mulher em muito pouco era alterada, continuavam a dever respeito ao pai, irmão ou marido e a seguir normas sociais específicas para a condição feminina.

E até mesmo na igreja, um dos recantos permitidos as mulheres de família, estas deveriam ficar em seu devido lugar. No casamento de Cristina por exemplo, a protagonista descreve a cena que vê ao entrar na igreja.

Cristina teve uma rápida visão das mulheres, estavam embaçadas em mantilhas enroladas sobre os vestidos de tal modo que pouco se lhe viam das faces. Ocupavam centro da igreja. As partes laterais eram reservadas aos homens. Na austeridade da igreja não se aproximavam os homens de suas donas (QUEIROZ, 2000, p. 141)¹⁹

Encontramos mulheres românticas, homens rudes. Vemos a preocupação com o casamento e com a maternidade, mostrando assim que tanto na colônia quanto para Dinah, esses continuavam a ser os destinos naturais femininos, pois Margarida não sofria com a falta de filhos simplesmente por que a sociedade lhe cobrava isso, mas por que ela (e talvez autora) acreditava que um filho era a melhor forma de celebrar um amor e que uma mulher sem filhos era uma mulher incompleta, uma mulher que não cumpriu sua missão maior. Esse pensamento, segundo nossas leituras são resultados de construções e discursos que se utilizavam da capacidade natural de procriar para reduzir a mulher a essa função e como ser preparado para a maternidade, ao não desempenhar seu papel de mãe, ela não estaria desempenhando o seu papel de mulher, ou seja, Dinah se não reforça ao menos apresenta a maior e mais duradoura representação social de mulher.

Basília com relação ao casamento, também aparenta não sofrer devido a cobranças sociais, mas há uma cobrança que parte dela mesma. Sua mãe e seu pai não a acusam, mas ela sofre. Nós acreditamos que este sofrimento está ligado a propaganda realizada a favor do matrimônio na colônia, mas também relacionado à beleza, que a mesma não possuía, pois a beleza é muito presente nos discursos direcionados aos anos de 1950, então primeiro Dinah, envolveu a personagem a uma melancolia que a primeira vista está direcionada a características coloniais, visto que o casamento era extremamente importante para a manutenção da colônia, tanto no que se refere a economia quanto a ordem social²⁰. Para

¹⁹ Neste trecho de Dinah, podemos perceber o surgimento de uma figura constante em muitos relatos sobre a colônia. A mulher de Baeta. A baeta seria essa vesti pesada, uma mantilha que envolvia todo corpo, para alguns autores isso simbolizava a austeridade e clausura das mulheres coloniais, para outros no entanto ela serviria como instrumento de fuga da repressão, pois ao utiliza-la as mulheres ficavam irreconhecíveis e portanto poderiam praticar atos “inapropriados” como a traição. Conferir ilustração “A mulher de Baeta” de Belmonte, apresentada posteriormente.

²⁰ Conferir DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo 2009. Ed. Unesp. Terceira parte, cap. 02

DEL

PRIORE(2009):

Sermões e pastorais exaltando o sacramento do matrimônio serviam tanto para justificar a instalação de um aparelho burocrático e afirmar o poder da igreja no novo mundo, quanto para difundir as benesses dessa falsa relação igualitária no interior da qual o equilíbrio residia na dominação masculina e na consentida submissão feminina (p.109)

Mas incorporou a essa tristeza, preocupações típicas dos anos de 1950. Na década de 1950 ainda perdurava na mentalidade social (e podemos nos arriscar a dizer que ainda

hoje le continua forte) um “ideal” de mulher voltada para o casamento e a maternidade, reflexo de doçura e subserviência, onde o homem era a autoridade máxima e a construção de uma família, o maior objetivo de vida.

É claro que a industrialização e o crescimento dos centros urbanos alteraram modos de se relacionar e de portar-se socialmente como mostra BASSANEZI (2006,p.621),

A urbanização sem dúvida, modificou alguns padrões culturais [...]diferentemente de suas avós, as garotas dos anos 50 viviam em um tempo de maior proximidade entre pais e filhos e de crescente atenção aos gostos opiniões e capacidade de consumo da juventude.

No entanto as alterações econômicas e sociais e a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, não alteraram profundamente a concepção das obrigações e da moral feminina. As mulheres ainda eram mostradas como a “rainha do lar” e seus manuais de conduta, representados neste momento principalmente pelas revistas ditas femininas, estavam recheados de “conselhos” e representações sobre a mulher ideal e em como ser mulher.

Segundo BASSANEZI:

As páginas das revistas que tratavam de “assuntos femininos” nos levam ao encontro das idéias sobre a diferença sexual predominante nessa sociedade. Jornal das moças, Querida, Vida Domestica, e as seções para as mulheres de O Cruzeiro traziam imagens femininas e masculinas, o modelo de família-branca, de classe média, nuclear, hierárquica e com papéis definidos- regras de comportamento e opiniões sobre sexualidade, casamento, juventude, trabalho feminino e felicidade conjugal. Essas imagens, mas do que refletir um aparente consenso social sobre a moral e os bons costumes, promoviam os valores de classe, raça e gênero dominantes em sua época. (BASSANEZI, 2006. p. 609)

São muitos os textos “normativos” espalhados pela imprensa brasileira do período, a revista O Cruzeiro, veículo que primeiro apresentou o texto de “A Muralha”, não foge a esta característica. BASSANEZI, recorre constantemente em seu trabalho a trechos de

publicações da revista para ressaltar o papel “educador” da “imprensa feminina” nos anos 1950. Como este publicado em abril de 1953;

Pois nenhuma mulher bem casada e que tenha personalidade lastimará os trabalhos decorrentes do casamento. Ela se sentirá útil e esse simples pensamento lhe aliviará em seus momentos de canseira. (*apud* BASSANEZI, 2006. p. 616)

Ou este de 1955:

Evite a todo o custo ficar com seu noivo a sós [quando] deixam-se levar pela onda dos instintos para lastimarem, mais tarde, pela vida toda [...] vocês comentem o crime de roubar ao casamento sensações que lhe pertencem, correndo o risco de frustrar a vida matrimonial. (*Apud* BASSANEZI, 2006. p. 619)

Então Dinah, não só estava escrevendo sobre um tempo em que a mulher apesar de toda a sua atuação e importância era vista e representada como ser inferior que deveria ser regulado, como também pertencia a um tempo e sociedade em que esta mulher ainda não havia se libertado de um destino decidido por sua anatomia corporal.²¹

O Grupo representado por Dinah, é um grupo bastante específico. De forma alguma, em sua obra ela se propõe a falar sobre todas as mulheres coloniais, de todas as classes sociais ou etnias. As mulheres trazidas por QUEIROZ, são brancas, cristãs, pertencentes a uma dada elite colonial, a paulista e bandeirante, portanto, nosso trabalho não possui pretensão em discutir os demais grupos, devido não só ao fato de nosso objeto de análise não nos fornecer indícios para isso, como também devido à alta complexibilidade da discussão.

QUEIROZ nos apresenta em sua obra, as mulheres de Lagoa Serena, fazenda cujo proprietário é dom Braz Olinto, um bem sucedido bandeirante, que passa a maior parte do tempo em expedições ao interior em busca de ouro, demais pedras preciosas e índios. Enquanto ele e os outros homens da fazenda e da vila da São Paulo de Piratininga desbravam o sertão brasileiro, Mãe Cândida, Cristina, Margarida, Basília e Rosalia, distraem-se da espera ocupando-se dos afazeres não só da casa, como de toda a fazenda, incluindo a lida na roça e com os escravos, o manejo dos animais, a administração do dinheiro, entre outras tarefas.

As mulheres retratadas por ela, eram extremamente importantes não só para a manutenção da vida e ordem familiar, como juntamente com as outras mulheres da vila, para todo o andamento e desenvolvimento de São Paulo de Piratininga. Essa imagem criada por Dinah é ao mesmo tempo concordante e contraditória a outras representações

²¹ Conf LISLY, Andréia. História e gênero. 2006, cap.02

historiográficas acerca das mulheres paulistas na colônia. MACHADO (1965), por exemplo, afirma que as mulheres coloniais paulistas revezavam entre as atividades do lar e a igreja, ficando na maioria do tempo reclusas em suas casas, sem muitas propriedades ou participação em elas se mantinham afastadas da vida pública. Já BELMONTE (1948), retrata principalmente em suas figuras, uma mulher reclusa não somente ao lar, mas sim a si mesma, trajando vestes sóbrias e simples o autor nos apresenta a uma mulher austera e entristecida pelas dificuldades e ausência do marido. É claro que essa visão não é generalizada, o próprio BELMONTE, apresenta outras ilustrações de mulheres ricamente vestidas, mas estas segundo ele eram exceção a regra.



Mulher de baeta// Ilustração: Belmonte

Essa visão de mulher recatada e reclusa, não só a bandeirante, mas a colonial de maneira geral, durante muito tempo povoou o imaginário sobre a colônia. Imagens como esta trazida por BELMONTE, afirmavam uma representação feminina sem expressão ou força dentro da sociedade colonial paulista. Segundo DIAS:

durante muito tempo as mulheres do período bandeirista - séculos XVI e XVII - foram vistas como figurantes da história. Enquanto os maridos e filhos cuidavam dos negócios comerciais ou seguiam, sertões adentro, à caça de indígenas e à procura de ouro nas bandeiras, elas simplesmente cuidavam das coisas do lar. Aos homens coube alargar as fronteiras da América Portuguesa. A elas, restou a tarefa de multiplicar a prole dos bandeirantes. Tudo parecia encaixar-se claramente. Homens e mulheres teriam vivido em universos totalmente separados (DIAS,2004.s/p.)

Porém essa imagem foi sendo aos poucos alterada, com a advento de trabalhos

sobre o tema, as novas possibilidades trazidas pela nova história e a própria incorporação das mulheres não mais apenas como representação, mas como quem representa, apresentando novas direções, documentos e interpretações de documentos antigos. Pesquisadores como:

Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, insistiu em que elas saíam de casa mais vezes do que se pensava, e tinham muita participação na vida de suas comunidades: faziam curas e partos, lutavam pela sobrevivência cotidiana. Outros apontaram que as moças pobres, obrigadas a trabalhar muito para viver, eram sempre vistas nas ruas. Só as mais ricas ficavam em casa, à espera de um casamento vantajoso. Benedito Carneiro Bastos Barreto, outro autor da história paulista, destacou que a tal capa de baeta nem sempre fora marca do recato feminino como se pensava. (DIAS, 2004.s/p.)

A própria historiografia positivista deu sua contribuição para a inserção da participação feminina não só em São Paulo, mas em todo o território colonial.

Ao falarmos em historiografia positivista no Brasil, o principal nome a surgir em mente é o do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 18 de outubro de 1838, com um dos maiores objetivos, criar um projeto de nação forte e centralizado para o até então Império Brasileiro. No campo historiográfico o Instituto se utilizava comumente de biografias. No que se refere às mulheres, elas também foram biografadas, e uma das principais obras nesta linha, foi *Brasileiras Célebres* de Joaquim Norberto de Souza e Silva em 1862. Sobre o livro, RODRIGUES (2008) afirma que:

Em *Brasileiras Célebres* nota-se, pela primeira vez, a preocupação de produzir um livro que imortalizasse a história de mulheres merecedoras de páginas da História, tanto quanto varões afamados. O livro possui valor pedagógico explícito. De uma maneira geral, as biografias do período enaltecem a nação, por meio da narração das vidas de sujeitos “exemplos”, como uma estratégia para constituir os padrões de conduta do “ser brasileiro(a)”. O livro de Joaquim Norberto vai mais além. Ele é voltado à educação das moças, sendo redigido para que fosse adotado nas escolas femininas. (RODRIGUES, 2008 p.01)

Brasileiras Célebres assim como a maioria das demais biografias femininas no período, mais que relatar a vida de mulheres “ilustres”, buscava criar um modelo feminino a ser seguido. Modelo este que se pautava na moral católica e no patriotismo. Segundo RODRIGUES (2008) a partir da obra, vislumbramos uma mulher:

profundamente patriótica, senão disposta a combater pela pátria ela mesma, ao menos disposta a abrir mão dos homens de sua família por amor ao Brasil e a criar seus filhos debaixo desse mesmo amor[...]A brasileira deveria ser ainda corajosa, delicada, prendada, culta, sábia e dedicada às artes como eram as mulheres dos países desenvolvidos. Mas se algumas coisas estavam mudando com relação ao papel feminino na sociedade, algumas se mantinham. A brasileira deveria ser esposa, a não ser que optasse por se casar só com Cristo.

Sim, o autor exaltou a fidelidade conjugal, o cumprimento das responsabilidades de esposa acima de todos os deleites pessoais, a devoção e paixão pelo marido. Quando filha, deveria ser obediente aos pais. E, quando mãe, deveria ser dedicada, presente, amável e mestre, elas não precisavam necessariamente ter desempenhado algum feito marcante, grandioso e patriótico ou terem sido célebres gênios, ainda que várias delas se enquadrem nessas categorias. O autor do livro dizia que “quanto mais humilde é a missão da mulher, tanto maior a sua glória”, daí termos ao lado de guerreiras e filósofas, algumas “heroínas domésticas”, alguns “exemplos contínuos”, ‘generosas mães’, mulheres ‘amáveis por sua bondade’, ‘imagens de resignação e desinteresse’, ‘virgens puras’ e ‘desditosas e angelicais meninas’.

.(RODRIGUES, 2008 p.04) .

Ou seja, a historiografia positivista, assim como qualquer outro projeto historiográfico, não era livre de ideologias políticas, e as mulheres ali representadas também serviam a propagação dessas ideologias, que iam ao encontro de um projeto de nação e desenvolvimento, e dentro deste projeto à proliferação de uma imagem feminina que deveria usar seus atributos naturais em prol dessa nação. Mulheres que eram excepcionais, sem deixarem de serem grandes mães. Mães não só no sentido da procriação, mas do cuidado, que inclusive abririam mão de seus filhos de sangue se isso significasse um bem maior para todos. Nesta perspectiva, não se tratava apenas de contar histórias de vida, mas de propagar valores, as mulheres apareciam desse modo, como em muitos outros momentos históricos, como alegoria e não como sujeito.

Seguindo uma linha semelhante a *Brasileiras Célebres* no sentido da criação de heroínas patrióticas e exemplares, mas fugindo da biografia pura e simples, já no século XX, no mesmo ano em que o livro *A muralha* foi lançado, 1954 e com a mesma conotação do quarto centenário paulista²² BITTENCOURT (1954) em sua obra *A mulher paulista na História*, apresenta uma nova leitura historiográfica, em que pela primeira vez, a mulher Bandeirante é foco principal de um trabalho historiográfico, sendo mostrada como heroína e desbravadora. Para LIMA:

No discurso de Aldazira, a mulher bandeirante ganha ares de senhora matrona e atinge o pedestal, juntamente com os homens bandeirantes, ou a “Raça de Gigantes”, na “Era das Bandeiras”. Nessa sociedade, a condição feminina é auxiliar o homem no avanço civilizatório. Nessa perspectiva, era formulado o mito da boa mãe e a imagem da passividade e do caráter cordato da mulher.

22

Trataremos do quarto centenário com maior atenção, posteriormente.

(LIMA,2006,p.04)

BITTENCOURT e QUEIROZ, por tanto se encontram, não só no tempo de onde e sobre o qual falam, mas na perspectiva apresentada. Podemos inclusive inferir que é com BITTENCOURT que QUEIROZ dialoga e onde a mesma se respalda, pois encontramos muitas semelhanças nos dois trabalhos.

As mulheres são matronas respeitáveis que comungam com os maridos no anseio de dilatar as fronteiras do Brasil. Dir-se-ia que o entusiasmo era gerado na alma das mulheres, como no laboratório do sagrado de seus ventres é que se formava a raça de heróis e sertanistas ousados. Como poderá a História da bandeirologia esquecer o nome das mães dos titãs? Quantos nomes interessantes poderíamos ter guardado, não fosse o hábito de menosprezar as cousas e atos femininos, encobrimdo com o descaso os nomes de que eram portadores? A violeta seesconde sob a folhagem, mas o perfume denuncia o encanto. As bandeirantes ficaram esquecidas na voz da história, mas os feitos de outra denunciam e põem à mostra o valor daquelas que foram sufocadas no esquecimento absoluto (BITTENCOURT,1954.p.75)

Ambas representam a mulher paulista, como a formadora da raça paulista e da nação brasileira, um exemplo a ser seguido de coragem e patriotismo. O que em momento nenhum vai contra o ideal geralmente estabelecido de mulher, ou seja, a mãe e a esposa. Muito pelo contrario, as duas visões se completam. Tanto a historiográfica, quanto a obra literária buscam a afirmação de um imaginário em que a mulher paulista era diferenciada, lutadora e por isso, digna de ser imitada. Criando uma identificação destas mulheres com o publico leitor, provocando orgulho aos seus ditos descendentes, inspirando outras mulheres e instigando os homens a continuarem a lutar pelo crescimento de São Paulo e do Brasil. Sendo representadas como arquétipos de coragem e força, mas que segundo WEINSTEN (2004,p.78) “embora fosse capaz de se transformar subitamente em uma figura corajosa e heróica, ela tão rapidamente podia voltar ao seu estado normativo de simples e belo “anjo do lar” , portanto a representação da mulher bandeirante avança, se comparada as demais representações citadas, ao retirar as mulheres da apatia política social, mas não rompe totalmente com essas representações, pois a mesma continua ligada ao privado, a família, ao cuidado e a maternidade.

Atualmente os estudos sobre as mulheres paulistas na colônia, não possuem esse forte caractere da construção da heroína, pesquisas realizadas por historiadoras como Eni Mesquita Sâmara, Maria Odila Leite, Mary Del Priore, dentre outras buscam desvendar o papel social das mulheres paulistas coloniais sem rotulá-las, realizando levantamentos dos mais variados documentos, encontrando vestígios dessas mulheres presentes politicamente, mas também das mães. Da bandeirante que era obrigada pela ausência do marido a assumir as responsabilidades sobre a família, mas também daquelas que devido a sua própria origem

social desde sempre foram forçadas a assumir a vida em suas mãos.

Retiradas do Glamour da heroicização, ao mesmo tempo que também são retiradas da escuridão da invisibilidade, as pesquisadoras do tema tentam demonstrar as dificuldades enfrentadas, as formas de resistência e as múltiplas identidades da mulher colonial paulista. SAMARA afirma, por exemplo, que:

Não é tarefa fácil rever imagens e revelar outras sem romper com os enraizamentos impostos pela historiografia ao longo do tempo. O importante, no entanto, é integrar de forma crítica cenas distantes ou perdidas no tempo. É buscar incessantemente nos arquivos os restos da memória guardada, mesmo que seja fragmentada e reconstruir os elos e as conexões entre as diferentes dimensões do público e do privado que por sua vez, comprovam que as paulistas do século XVII participaram do povoamento, lideraram famílias e negócios e tinham riqueza (SAMARA, 1998 p.20)

DEL PRIORI (2009), mesmo falando de maneira geral sobre a mulher colonial, não especificando regiões, aponta-nos que por mais que as mulheres coloniais fossem ativas e participantes socialmente e até politicamente em alguns casos, não devemos fechar nossos olhos para a situação de violência, dominação e adstramento em que as mesmas estavam inseridas. Tendo seus corpos e mentes controlados pelos mais variados discursos, desde os médicos até os religiosos, afirmando a todo o tempo seus deveres, dons e sua submissão “natural” perante aos homens. Sobre isso TEDESCHI (2008) ao discutir as representações femininas, afirma que:

Esses discursos recorrentes exerceram influência decisiva na elaboração de códigos, leis e normas de conduta, justificando a situação de inferioridade em que o sexo feminino foi colocado [...] Assim, a desigualdade de gênero passa a ter um caráter universal, construído e reconstruído numa teia de significados produzidos por vários discursos, como a filosofia, a religião, e educação, o direito, etc. perpetuando-se através da história, e legitimando-se sob seu tempo (p. 123).

E é sobre essas mulheres que Dinah construiu sua representação, buscando retratar ao menos em parte a complexa teia de relações em que as mesmas estavam envolvidas.

Ao levarmos em conta as imagens construídas por QUEIROZ, contrapondo-as por um lado ao imaginário comum acerca das mulheres coloniais, aquele construído principalmente por figuras como Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* e Alcântara Machado em *Vida e morte do bandeirante* (este para nós mais relevante que o outro, pois trata diretamente das mulheres paulistas). E por outro, com as novas leituras sobre as mulheres coloniais realizadas principalmente nos anos de 1990, podemos, a primeira vista, correr o risco de afirmar que QUEIROZ adianta em quase quarenta anos na literatura uma nova concepção historiográfica. Porém ao destinarmos maior atenção a obra e evitarmos

conclusões precipitadas, pesando o contexto histórico no qual o texto foi desenvolvido, o veículo em que ele primeiramente foi exposto e a própria história de vida de autora, perceberemos que o enredo está totalmente encaixado em seu tempo.

As representações realizadas durante as comemorações do IV centenário tentam por tanto, aliar um passado “heróico” de lutas e conquistas, a uma promessa de futuro “grandioso”, não criando apenas uma nova imagem sobre o paulista, mas se apropriando de um imaginário comum entre os paulistas do período.²³

O ato de comemorar, principalmente no que tange as comemorações cívicas de maneira geral já está impregnado de subjetividades e escolhas “políticas”. Ao se fazer uma seleção na memória e na história de uma sociedade, exaltando datas e figuras, o que realmente está acontecendo é uma apropriação da história e da memória como reforçadoras de dadas concepções e ideais. Com relação a esta idéia, SILVA (2002) aponta que:

Apagam-se da lembrança as situações constrangedoras e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais. Ora, essa seleção da memória coletiva é comum em todas as comemorações de uma data nacional. As utilizações sociais da memória são visíveis nesse fenômeno das comemorações que, em todas as partes do mundo, vêm se impondo como um ritual nacional. Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa “rememoração” de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente. Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal (SILVA, 2002, p 432).

Por tanto com as comemorações busca-se além da reafirmação de valores, uma identificação social com os mesmos, é necessário o despertar de sentimentos de pertencimento e de unidade, pois só assim os símbolos e marcos ali exaltados cumprirão seu papel “didático”.

Em meio a essa busca pela memória histórica legitimadora da força, heroísmo, progresso e predestinação, e envoltos por ela, vemos nesse momento a construção do que viria a se tornar os principais marcos da cidade e do estado, tanto físicos quanto simbólicos, como a catedral da Sé, que foi inaugurada durante os festejos e a construção do parque do Ibirapuera. A representação da figura bandeirante, como grande herói paulista e brasileiro. E talvez o nascimento de uma concepção de “nação” paulista, ou paulistana, diferenciado restante do país, uma visão cosmopolita da cidade e do estado, que em seu passado

²³ Chegamos a essa conclusão ao analisarmos como foi dividida as comemorações, observando os discursos da época, como textos publicitários e músicas.. Além de entrarmos em contato com depoimentos de pessoas que participaram deste momento (esses depoimentos estão disponíveis no site “São Paulo minha cidade”/ <http://www.saopaulominhacidade.com.br/list.asp?ID=308>)

voltou os olhos para o interior, lutando e desbravando, mas que agora se tornaria uma cidade do mundo. Tudo isso pode ser sentido na própria publicidade da época, que se utilizava desses elementos com muita frequência, um grande exemplo é a peça publicitária da Goodyer, lançada no mesmo dia e na mesma página do primeiro capítulo do folhetim, que em uma imagem retratou o mesmo discurso que Dinah, retrataria nos meses seguintes: A mulher paulista no centro da história da capital, entre o passado de luta e futuro de glória descortinando o progresso de São Paulo, mas ainda assim no seu ambiente privado, ainda assim, uma mulher.



Portanto ao retratar as mulheres em seu texto de uma forma tão dinâmica e ativa, o que QUEIROZ estava fazendo ao nosso entender era divulgar e fortalecer um ideal de mulheres heróicas e construtoras do Brasil, um exemplo a ser seguido. Realizando, em uma obra de ficção e por tanto com maior liberdade, exatamente o que a historiografia do período se propunha.

Por outro lado, ela também se encaixava nos ideais políticos e de mercado do veículo em que primeiro foi divulgada, ou seja, a revista a Cruzeiro.

Um dos pontos altos do periódico eram as páginas femininas, grande atrativo para as leitoras. A mulher vendida nessas colunas era a mulher moderna, consumista e de elite.

Segundo SERPA:

a revista não queria perder de vista o potencial econômico e de consumo dessa importante fatia de mercado que as mulheres representavam. Essa construção da "nova" mulher excluía a realidade da maioria das brasileiras que viviam em condições sociais precárias e eram analfabetas. Ela mostrava uma imagem relacionada às mudanças de um país que despia suas mulheres das saias longas e as urbanizava com biquínis, *blush* e pó-de-arroz, ou seja, que buscava moldar o comportamento feminino com novas formas de vestir e de se mostrar para a sociedade. Essa imagem que incluía a utilização da maquiagem e de produtos femininos de beleza como símbolo de moderno e novo ilustravam as capas desde a primeira edição. Apresentava-se, então, não apenas a primeira revista moderna do país, mas um novo meio de retratar o universo feminino (SERPA,2006 disponível em http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos7_b.htm)

A revista representava em suas paginas uma nova concepção do “ser “ mulher, em que esta se constituía como participante ativa do mercado tanto na produção quanto no consumo (mais neste que no outro), no entanto sem abandonar seu papel de mãe, esposa ou guardiã da honra e se propunha a ser criadora dessa imagem, reforçando-a a cada matéria, propaganda ou folhetim. QUEIROZ, se enquadra nesta ideologia (afinal a autora não é atemporal) ao também retratar uma mulher participante, ativa e presente socialmente, mas sem romper drasticamente, com as ditas características e funções tipicamente femininas. Ela não apresenta à sociedade brasileira dos anos de 1950, nenhuma possibilidade de ruptura com o naturalmente imposto, ela não tem a pretensão ou objetivo de discutir a invisibilidade feminina. Em seu texto ela cria heroínas, ela apresenta não uma forma diferente de ver as mulheres, mas representa as mulheres “paulistas” de forma diferenciada, como tronco de mulheres/nação, todavia sem retirá-las de seu papel de mulher e sem afrontar diretamente o que a sociedade em 1954 acreditava serem os deveres de qualquer mulher, como a maternidade, o casamento, a família, a religião.

CAPÍTULO IV

ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE. AS FIGURAS FEMININAS DE DINAH E SUA PROXIMIDADE/AFASTAMENTO COM A HISTORIOGRAFIA.

Levando em consideração todos os apontamentos realizados no capítulo anterior, nos propomos nesta segunda parte do trabalho a analisar as figuras femininas criadas por QUEIROZ em contra ponto com alguns relatos historiográficos sobre as mulheres coloniais. Pensando em quem eram essas mulheres? Onde elas se aproximam dos relatos oficiais da história da colônia? Onde elas se afastam? E qual reflexão podemos realizar a partir dessa proximidade/afastamento entre as personagens e a historiografia?

Para tanto é necessário primeiro que apresentemos ao menos resumidamente o enredo da obra e suas personagens principais. E para o início da apresentação do texto, nada melhor que utilizar das palavras da comissão julgadora da Academia Brasileira de Letras, quando esta concedeu à autora o prêmio Machado de Assis pela obra:

Com essa faculdade descritiva em que se desdobram as mais diferentes situações psicológicas, interpretando o selvagem desassombro dos desbravadores da terra e povoando-a de heroísmo bárbaro, a Sra. Dinah Silveira de Queiroz fez arte pessoal, romance de estrutura complexa, admirável restauração de cenários e imagens que lhe asseguram uma posição inequívoca entre os nomes vitoriosos da literatura contemporânea. É a razão de se lhe conferir o Prêmio Machado de Assis de 1954, ano do quatricentenário de São Paulo, em cuja honra, aliás, escreveu ela *A MURALHA*.⁷(Queiroz, 1969 ,p. 03)²⁴

O livro que recebeu o Prêmio Machado de Assis de 1954, os elogios acima e

²⁴ Trecho retirado do prefácio a obra na reedição de 1969 lançada em conjunto com *A Adaptação da Tv Exelcior*. Não há a assinatura do autor do prefácio.

conquistou uma crítica quase unânime ao concordar sobre a qualidade da Obra, é considerado por alguns teóricos, literatos e escritores como uma verdadeira obra prima da literatura nacional. Raquel de Queiros, por exemplo, afirma que:

A escritora transpôs para o seu romance um mundo inteiro de gente, de paixões e de sucessos violentos, dentro de um cenário igualmente copioso e colorido: êsse episódio da infância de um povo, turbulenta e sensacional, não é apenas um quadro, de limites curtos: é todo um grande painel — um painel de proporções portinarescas.(disponível em <http://pt.scribd.com/doc/10813158/Dinah-Silveira-de-Queiroz-A-Muralha>, acessado em 06/08/2011)

José Lins do Rego vai ao encontro de Raquel ao dizer que “As figuras humanas crescem de vulto e assumem a importância de absorventes estados de alma. Aí o livro vence e se expande como força de criação autêntica.” FILHO (1958) completa essas críticas ao nos trazer que:

Em A MURALHA, normas e dados foram previstos. Dinah Silveira de Queiroz levanta o véu lentamente, reconstituindo a paisagem e os costumes do tempo, a família paulista da época exposta em sua força de tronco, as lutas dos homens na selva, a guerra pelo ouro que a terra virgem não ocultava. No centro, senhor da vida e da morte, o patriarca que tem em sua vontade a própria lei. As enérgicas mulheres que vão gerar um povo[...]No bôjo dessa órbita de violência, desespero, heroísmo e traição, corre paralelamente o drama meramente romanesco, humano e poderoso, a romancista separando no fluxo da narrativa a sua história da terra. São dois movimentos episódicos inter-relacionados, é verdade, que permanecem autônomos, cada qual transitando em sua via própria.(p.52).

Entendemos esses apontamentos como fundamentais para a compreensão de como a obra foi aceita pela crítica, e mais que isso, acreditamos que eles sejam elementos de constatação de como, conforme exposto no capítulo anterior, a obra estava inserida em uma ideologia própria daquele tempo.

Mas o texto não foi ovacionado apenas pela crítica, mas também pelo público, leitor leigo a teorias estéticas literárias e discussões acerca da colônia. Enquanto folhetim na revista o Cruzeiro ainda em 1954, a mesma alcançou segundo, HALLEWELL (2005,p.496) posto de folhetim com maior sucesso da revista carioca ,representando conforme afirma o autor , juntamente com o lançamento de Lygia Fagundes Telles, com o romance *Ciranda de Pedra*, e Antonio Accioly Neto com a obra *A vida é Nossa* uma guinada na história da revista, que a partir deste ano torna-se um selo literário e um veículo de informação e entretenimento extremamente sério e respeitado. (HALLEWELL, 2005, p. 476).

O texto semanal foi lançado como livro no mesmo ano, ganhou uma versão em quadrinhos e foi traduzido para o Japão, Coréia do Sul, Estados Unidos, Paquistão, Bangladesh e Birmânia, e em 1978 para o Espanhol. Foi adaptada várias vezes para o rádio

e para a televisão, atingindo na versão apresentada pela TV Excelsior (1968) a surpreendente marca para a época, de dois milhões de expectadores.

A Trama que causou tanto sucesso, tanto dentro quanto fora do país, estava pautada em duas linhas, a narrativa histórica e a romântica. O romance ambientado na segunda metade do século XVII retrata a saga dos bandeirantes, Colocando-os como os grandes desbravadores, os formadores da nação Brasileira.

Através da Família de Dom Braz Olinto, residente nas proximidades da pequena Vila de São Paulo de Piratininga, suas ambições e conflitos, sua força e fé não só em Deus mas nos homens, a autora levanta questões acerca das dificuldades enfrentadas pelos primeiros colonizadores da região de São Paulo, a estrutura familiar, as condições de vida, a espiritualidade, as disputas no interior do país, principalmente na região das minas, por ouro e outras riquezas e a relação da colônia com Portugal. Além de permitir a análise da condição feminina nesse período, foco principal de nosso trabalho.

O que mais nos chamou a atenção na figura da mulher apresentada no romance, é a força e a disparidade que aos nossos olhos, em primeiro contato com o texto existia entre elas e aquelas encontradas em outros registros oficiais ou não, e principalmente em um imaginário coletivo, que encarava as mulheres coloniais como seres invisíveis.

As mulheres de Dinah demonstravam para além da clássica representação de submissão ou passividade, o companheirismo. Deixemos claro que não havia uma relação de igualdade, a autora não iguala em momento algum, homens e mulheres, mas as mulheres representadas por Dinah, não se enquadram na antiga imagem que povoa os discursos mais tradicionais sobre o tema. DEL PRIORE(1994), ao tratar sobre as colonas em geral e sua presença na historiografia e no imaginário popular nos trás que:

A mulher na história do Brasil tem surgido recorrentemente sob a luz de estereótipos, dando-nos enfadada ilusão de mobilidade. Auto-sacrificada, submissa sexual e materialmente e reclusa. Com rigor à imagem da mulher de elite opões-se a promiscuidade e a lascívia da mulher de classe subalterna, pivôda miscigenação e das relações inter-étnicas que justificaram por tanto tempo a falsa cordialidade entre colonizadores e colonizados. (DEL PRIORE, 1994, p. 1)

Em *A Muralha* ela lutava junto ao esposo, defendia o sustento da família e por muitas vezes se tornava “o homem da casa”.

[...] as mulheres eram obrigadas a encurtar o tempo de espera, por um trabalho quase sobre-humano. Elas não participavam nunca, daquelas horas de ócio do mulherio do Reino. Mãe Cândida, então, era como a chefe de um pequeno Estado, um verdadeiro príncipe que encarnava em si todos os poderes. Estava sempre aprumada, erecta, sem dar sinais de cansaço e de fraqueza. Começava seu dia com os próprios escravos, ao toque da madrugada. Não ficava em casa, fechada a dar ordens. Ia pessoalmente fiscalizar os trabalhos de plantio e colheita. (QUEIROZ, 1969, p. 57)

Portanto, acreditamos inicialmente que QUEIROZ retiraria as mulheres coloniais de uma invisibilidade conferida a elas por uma historiografia excludente, em que a participação da mulher na construção histórica do país foi minimizada, se não totalmente escondida, devido a própria natureza dos estudos positivistas, que guiavam as pesquisas históricas no Brasil no início do século XX, nos quais havia uma supervalorização dos eventos políticos, grandes feitos e nomes, portanto não atribuindo importância aos ditos temas menores e nesse cenário encontra-se a mulher, figura intimamente ligada ao privado e ao cotidiano²⁵. Neste sentido DUBY nos traz que:

Quando no final do século XIX, a história positivista se constitui como disciplina universitária apaixonada pelo rigor ela exclui duplamente as mulheres: da sua área, visto que se consagra a vida pública e política; da sua escrita visto que esta profissão é vedada as mulheres.(DUBY , 1991.p.13)

Até ao fato de que não só dissertar sobre homens, a História, por um tempo muito longo, foi “escrita”, por homens. SILVA (2010, pág. 224) aponta que, “ escrita fundamentalmente por homens a narrativa histórica se absteve de incorporar às suas preocupações o sujeito feminino.” PERROT(1984) nos traz também que:

Desde que a história existe como disciplina científica, ou seja, século XIX, o lugar das mulheres dependeu das representações dos homens, os quais foram, por muito tempo, os únicos historiadores.(PERROT, 1984, p.)

No entanto, essa mulher a qual a autora confere visibilidade não pode ser tratada como representação de todo o grupo colonial, mas como apresentado anteriormente Dinah, através de suas personagens, consagra mulheres específicas como protagonistas, não apenas de um romance, mas da sua história e da história do país e essas mulheres são as bandeirantes paulistas, o que vai diretamente ao encontro dos objetivos historiográficos positivistas e não contra eles como acreditávamos em nossas primeiras leituras.

A narrativa é realizada principalmente pelo olhar de Cristina, uma portuguesa que vem à colônia se casar com seu primo Tiago, filho de Dom Braz, um respeitado bandeirante das terras de São Paulo. Prática comum no período do povoamento, pois aqui haviam poucas mulheres brancas e para que fossem constituídas famílias ideais aos modelos portugueses, ou seja, portuguesas, brancas e cristãs, Era relativamente comum,

²⁵ Neste sentido não estamos considerando as mulheres biografadas, pois estas são consideradas ou exceções e/ou modelos a serem seguidos. Estamos nos dirigindo a mulheres como grupo e não individualmente.

principalmente em casas mais abastadas, a apelação para vinda de mulheres da metrópole, a maioria órfãs, mas muitos também recorriam a parentes no reino, para assim conhecer a procedência da futura esposa ou nora. Sobre a escassez de mulheres na colônia e a necessidade da vinda das mesmas da Europa para o sucesso da empresa colonial, podemos verificar um trecho de carta escrita por Manuel da Nóbrega em 1552 ao Rei de Portugal:

A El Rei D. João (1552): Já que escrevi a Vossa Alteza a falta de mulheres com quem os homens casem e vivam em serviço de Nosso Senhor, apartados do pecado, em que agora vivem, mande Vossa Alteza, muitas órfãs, e senão houver muitas, venham de mistura dellas e quaisquer, por que são tão desejadas as mulheres brancas cá, que quaisquer farão cá, muito bem a terra, e ellas se ganharão e os homens de cá apartar-se-ão do pecado. (Nóbrega, *apud* MIRANDA. 1996.pag 02)
26

Chegando ao Brasil, Cristina é apresentada a uma terra ainda “virgem” sem luxos e longe dos costumes e convenções aos quais estava acostumada em Portugal. Uma mescla de miséria e encantamento, um povo envelhecido, mas forte, simples, mas ao mesmotempo

altivo, aparentemente esquecido em um mundo tão diferente do seu. Na fala do Capitão- Mor à Cristina quando essa desembarca na Capitania de São Vicente, podemos perceber não só as contradições desta nova terra, mas também qual era o olhar dos portugueses para aquele lugar, um olhar ao mesmo tempo de desprezo, desconfiança e inquietude. Olhar este que a própria personagem se apropria

[...]Cure-se a menina de ilusões.A pobreza arrogante dessa terra!Os índios feios como Judas, os brancos sujos, fanfarrões briguentos, os negros fazendo o que lhes ensinam como monos, os padres disputando com os brancos, mas lhes dizendo as missas. E as mulheres escondidas em casas como coelhos nas tocas, ignorantes e obstinadas[...]Vede bem essa miséria por que de perto é pior! Por que esse povo cheira diferente...(QUEIROZ,2000.p. 13)

[...]Acima dos barrancos se alinhavam casas pobres, de taipa.Mas havia em São Paulo de Piratininga uma altivez incompreensível...(QUEIROZ,2000.p 15)²⁷

No desenrolar da trama, amores e ódios são expostos, bravura, violência, intrigas, tudo isso constituindo o imaginário daquilo que seria a família colonial da elite paulista, nos primeiros séculos do povoamento.

As principais personagens são mulheres, e mulheres bem diferentes daquelas que povoam nossa imaginação acerca da colônia. Cristina, Isabel, Mãe Cândida, Margarida,

²⁶ Epigrafe do livro *Desmundo* de Ana Miranda de 1996.

²⁷ O trecho refere-se a visão de Cristina ao chegar a Vila de São Paulo de Piratininga, mostrando a incompreensível mistura de pobreza e altivez que emanava do lugar.

Rosália, Basília e Joana Antonia, de formas diferentes, são mulheres fortes que enfrentam distintamente as dificuldades, mas não se tornando as típicas heroínas de romances (perfeitas), e sim pessoas múltiplas tanto em qualidades, quanto em defeitos e por tanto se aproximando muito de figuras reais. Elas são ativas, participantes da vida familiar, com personalidade e de uma forma ou de outra coragem para enfrentar as adversidades que a todo o momento lhes são impostas. Deveriam sim respeito aos homens, e em alguns momentos parecem viver apenas pela agonizante espera da volta deles, também deveriam ser castas e puras, sem excesso de vaidades. Além disso, demonstram consciência de sua submissão e se confortam com o papel de esposas devotadas e mães amorosas como sendo o destino natural escolhido por Deus para todas as mulheres.

E aquelas que não se encaixam nisso sofrem como é o caso de Margarida, por não ter filhos, e Basília, por não ter se casado. A exceção à regra é Isabel, mas esta não se sente como mulher, ela prefere a vida livre dos homens e por isso um casamento ou o próprio filho lhe serviriam apenas como cadeados.

Mas a submissão nas mulheres de Dinah, não significa necessariamente passividade e apatia. Elas são representadas como guerreiras e de um modo diferente, desbravadoras. A todo o momento percebemos nelas atitudes vistas como masculinas, como a autoridade de Mãe Cândida, o atrevimento de Isabel, as idéias de Rosália, a coragem de Basília, a determinação de Joana Antonia, o amor carnal de Cristina ou a erudição de Margarida, elas lutam com garra pelo que acreditam, pode ser o amor ou a família, e se necessário for, vão para lida na roça, lideram escravos, se defendem inclusive pegando em armas.

E por outro lado os homens retratados em *A muralha*, possuem uma figura rude, dura, mas suas atitudes perante as mulheres são mais de consideração e admiração do que dominação. A paixão incondicional de Leonel por Margarida, que não a critica por não ter filhos e quando ela vem a falecer renuncia a própria vida em nome do sofrimento. A admiração de Dom Braz pela esposa e seu amor pela sobrinha Izabel, a querendo tão bem como a um filho, mesmo com todos os “defeitos” e “erros” da menina.

Enfim, apesar da hierarquia e das normas sociais aplicadas às mulheres, como o recato, a honradez, a sobriedade e o respeito com que deveriam sempre tratar os homens, em *A muralha*, essas relações se estabelecem como de companheirismo e mútua ajuda, um como complemento do outro, a cumplicidade que garantiria o sucesso da relação e da própria sociedade a que pertenciam. E isso fica claro nas falas do padre durante o casamento de Cristina:

Estaria na grande luta, que as mulheres de lagoa serena e São Paulo de Piratininga, sustentavam, para defender a vila e seus habitantes de cair na fome...Cristina deveria aprender a ser uma companheira paciente e bondosa, daquelas que não sabem apenas rezar o terço, mas substituem o marido no trabalho duro da roça...cada lar é um nação pequenina, e é a esposa que torna essa nação merecedora de honra, amor respeito e servidão...se o homem tem boa companheira ele é homem por inteiro, nobre e justo”(QUEIROZ, 2000, p.142).

Desvendando as figuras femininas em *A muralha*:

Múltiplas, inquietantes, fascinantes, instigantes, esses são alguns dos adjetivos que podemos dirigir as personagens criadas por Dinah, adjetivos estes que não necessariamente podem ser encarados como elogios, mas como resquícios das dúvidas que cada figura nos provoca. As sete mulheres desenhadas por QUEIROZ, são tão humanas que não nos espantaríamos se fossem reais.

Logo nas primeiras páginas somos apresentados a duas portuguesas de personalidades contraditórias, Cristina, noiva de Tiago Olinto, aparentemente, a típica heroína que esperamos encontrar nos romances épicos. Religiosa, recatada e romântica, a moça enfrenta um oceano para encontrar seu futuro marido, sem nunca tê-lo visto pessoalmente. Cheia de expectativas tanto com relação a ele quanto com o novo mundo que encontraria.

[...]aceitava tudo, queria tudo aceitar com perfeita naturalidade, por que ao fim daquele fio de cenas e acontecimentos, ela teria Tiago, o seu Tiago, tão bom decerto como seu irmão e ainda mais belo (QUEIROZ.2000.p. 14)

Do mesmo navio, e com destino parecido -se casar com um colono- desembarca nessas terras a extravagante Joana Antonia. Prostituta em Portugal, e com a “liberdade” que sua profissão lhe proporcionava sua postura se diferia e muito das fidalgas, das “moças de família”. Alegre e disposta, sem papas na língua e com muita ambição, Joana via na colônia a possibilidade de se livrar da marca de seu passado e se transformar em uma mulher de respeito. ”Já me sinto outra, nessa largueza de mato! Ai meu Deus, acho que vou mesmo passar de pecadora a virtuosa...estou tão feliz, ofegante e ansiosa como noiva donzela”(QUEIROZ.2000.p. 36). Consta em vários relatos da época, como trechos de denúncias da inquisição que realmente muitas prostitutas vieram para o Brasil tentar a vida e se casar, umas por conta própria, outras por determinação real.

O fato é que, nobres ou prostitutas, pobres ou órfãs, as mulheres eram

encomendadas como mercadorias, ou simplesmente, no caso das de “vida publica” degredadas para a colônia. As famílias mais abastadas e tradicionais traziam costumeiramente parentes, ou moças com um pouco menos de posses (o caso de Cristina, que tendo somente a companhia do irmão foi enviada para América para libera-lo da obrigação de cuida-la) enquanto os demais recorriam a prostitutas, órfãs e cristãs novas. Muitas assim como Joana Antonia se casaram realmente, enquanto outras por motivos distintos continuavam a exercer a atividade que praticavam na Europa.

Ao chegar ao Brasil, a percepção das duas desta terra é tão distinta quanto suas personalidades. Cristina sente medo, inicialmente um desconforto, que no decorrer das paginas vai se transformando em asco, repulsa. Enquanto que Joana Antonia vê aqui um recomeço, uma possibilidade de transformação em sua vida. A nosso ver a dualidade desses personagens permanecem por toda a obra, estabelecendo um dialogo silencioso a cada nova experiência.

Enquanto Cristina, a menina que chega ao Brasil insegura, fraca e sonhadora, vê suas ilusões românticas se dissiparem pela dureza da terra e indiferença do marido, que nem ao menos foi recebê-la em sua chegada, se transformando em alguém infeliz e tão áspera quanto a vida na colônia.

Considerando seu traje rústico, a sua saia de grosseiro algodão e olhando as mãos gretadas pelo trabalho caseiro – mãos que ele conhecera e beijara tão finas e doces...voltou o rosto altivo: Já não sou mais a jovem tão cheia de ilusões, sou mulher...(QUEIROZ.2000.p. 220/221)

A outra, é recebida com festa pelo prometido Davidão, um cristão convertido, comerciante e tão alegre e determinado quanto ela. Passa a trabalhar ao lado do marido, aprender seu ofício e a construir sua nova vida, como demonstra sua fala, ao se casar com mestre Davidão:

Estás bem certo de que terás mulher para proteger? Ou para ajudar a mandar? Mestre Davidão, nunca fizeste um tão bom negócio, quanto êste que me trouxe aqui. Tenho ganas de te ajudar em teu empreendimento de tal forma, que havemos de ser, se não príncipes, pelo menos os senhores mais ricos desta terra. Ainda bem que não escolheste mulher rezadeira, mas de tino e coragem.(QUEIROZ.2000. p.54)

Vemos também uma Cristina em constante conflito interno, devido a sua irresistível atração física por seu marido (desejo recíproco por parte dele) e a falta de sentimentos entre eles (a relação era apenas carnal), tanto que em vários momentos ela se sente pecando. Para entendermos o dilema de Cristina, é necessário compreendermos oforte controle exercido sobre os corpos femininos na colônia. Os discursos normatizadores

que ganhavam a Europa e o território colonial, pregavam um ideal de mulher casta. Mesmo a casada, ao cumprir seu papel perante Deus e o Reino, ou seja, procriar, deveria ser casta em sentimentos. Segundo muitas análises do Brasil Colonial e também a interpretação da doutrina católica, o sexo entre casais seria apenas para reprodução, e o sentimento que uniria marido e mulher seria mais espiritual que físico. Segundo DEL PRIORE(2008):

O estatuto do amor conjugal pressupunha a desvalorização do corpo para a valorização do espírito[...] Os vícios e as ferveanças da carne, tinham como palco de expressão o barro, o lodo e o sangue imundo, onde tudo era feio por que era pecado, os sentimentos deveriam ser ascéticos e espiritualizados, nunca envolvidos por impulsos carnis[...]carnes tristes,carnes pálidas e frias(p.116-120)

Envolvida por esses discursos que já corriam a Europa e estavam sendo incutidos nas mulheres coloniais, Cristina se sentia suja e pecadora, como se isso a retirasse da posição de mulher honrada e lhe igualasse a Joana Antonia, aquela que lhe provocava tanta indiferença e ao mesmo tempo inquietação. O Prazer que Tiago lhe proporcionava, sua entrega durante a relação sexual, e o total afastamento de ambos longe da cama, iria contra todos os ensinamentos que a menina recatada havia recebido e contra tudo aquilo em que ela acreditava ser o certo. “Como se queriam os dois, ela e Tiago! Como eram vorazes seus jovens corpos e como eram tão diferentes seus espíritos...as vezes se sentia que se estivesse pecando”(QUEIROZ.2000.p. 165).

Cristina e Joana Antonia poderiam, segundo nossa leitura simbolizar no início do texto os estereótipos duais sobre os quais associamos a mulher colonial, ou seja, a recatada, cristã e pura mulher da elite em oposição a permissividade e lascividade da classe subalterna como se apenas o econômico ou étnico determinassem sua postura social e individual. E ao decorrer da história, se apresentam como a quebra desses mesmos estereótipos, mostrando que simplificações e generalizações não são válidas, que o sujeito se transforma. Que a heroína do início pode não ser sempre doce e abnegada e que a prostituta pode se tornar uma esposa “honrada”. Podemos também a partir das duas personagens realizar uma analogia com a própria transformação que a representação feminina colonial sofreu na historiografia. Representadas quase sempre como sombras dos homens(Tanto Cristina quanto Joana vem ao Brasil em busca de um que as protejam e transformem suas vidas), mães e donas de casa, ou promiscuas e marginais, elas se transformam por suas próprias experiências, se tornam sujeitos ativos, não mais coadjuvantes, saem de concepções gerais de grupos ou classes para se tornarem indivíduos, passam a se constituir também como construtoras desse universo colonial e não mais apenas que fica em casa a espera do marido.

Se em Joana Antonia e Cristina encontramos indícios para discutirmos o controle do corpo, os estereótipos e a utilização da colônia como ambiente de transformação, Em Basília e Margarida, vemos transbordar os preconceitos e pressões dirigidos as mulheres coloniais.

Basília nasceu na Colônia e é a filha mais velha de Dom Braz Olinto, uma personagem com gênio forte e muita seriedade, no entanto apresenta certa melancolia, uma tristeza profunda mesclada a uma austeridade. Sempre ao lado da mãe e atarefada com os trabalhos da casa ela se sente responsável pela irmã mais nova, Rosália. Apesar de em momento nenhum a personagem confessar, fica implícito na obra que sua tristeza está relacionada de um lado a sua aparência por outro por apesar da idade ainda não ter se casado. “Quem choraria sua beleza perdida, se nem beleza tinha para perder? Ninguém, ninguém se importaria” (QUEIROZ.2000.p. 207).

Ela demonstra em alguns momentos não se importar com isso, mas a partir das reações que ela esboça devido a comentários maldosos, por parte de sua irmã, fica claro que sua condição há incomoda.

Ah, Basília, pode ser que Cristina tenha medo dessa sua cara de mamão macho, mas eu sei que vosmecê tem um fraco por mim. Quem mais vosmecê a de querer? Não tem mais idade para arranjar marido – Rosália pegou a irmã pela cintura e lhe deu um beijo na face – Oh, rosto ruim de beijar! Não me admira que vosmecê não tenha arrumado casamento. Parece até cara de homem. (QUEIROZ.2000.p.61)

As críticas da irmã, apesar de duras, tem fundamentos, pois neste período (e até mesmo na época em que a obra foi escrita), uma mulher de vinte e cinco anos (idade de Basília) solteira, já era motivo de comentários considerada por muitos beata e encalhada, provavelmente sem muitas chances de conseguir se casar.

Segundo FREYRE (1998), sempre houve no Brasil o costume de mulheres se casarem cedo, no período colonial a idade variava dos doze aos quatorze anos.

Com filha solteira de quinze anos dentro de casa já começavam os pais a se inquietar e fazer promessas para Santo Antonio. Antes dos vinte anos estava a moça solteirona, o que hoje é fruto verde, naqueles dias tinha medo de apodrecer de maduro, sem ninguém colher a tempo. (p.346)

O autor ainda afirma que haveria um preconceito sobre a virgindade pois com o tempo ela poderia “perder o gosto”

Quem tivesse sua filha que a casasse meninota. Por que depois de certa idade as mulheres pareciam não oferecer o mesmo sabor das virgens ou donzelas de que aos doze e treze anos[...] apreciados pelos maridos de trinta, quarenta e até setenta anos (FREYRE, 1998, p. 346).

E para comprovar sua idéia ele apresenta um dito popular do interior de

Pernambuco;

*Meu São João Casai-me
cedo, Enquanto sou
rapariga, pois milho
rachado tarde não dá
palha nem espiga*

Portanto é natural que Basília, já houvesse perdido as esperanças e se conformado com a posição de mãe torta da irmã e auxiliar constante da mãe.

RIBEIRO (1987) trabalha melhor a importância atribuída ao casamento ao relacionar o imaginário social entorno da “encalhada”, com os ideais da colonização. Era necessário para a metrópole que a colônia fosse ocupada rapidamente e ocupada por famílias portuguesas e brancas. A Igreja, outro pilar da colonização era preciso difundir seus dogmas e crenças, principalmente no seio das famílias, estabelecendo um controle sobre as mentes e os corpos dos colonos, e a estes últimos os filhos eram extremamente importantes, pois, quanto maior o número de filhos, maior o número de braços para o trabalho, ou seja:

A sociedade colonial desdenhava as mulheres brancas portuguesas que quisessem permanecer solteiras. Essas não tinham espaço na vida social da Colônia. Nessa época, foi criado o mito da “encalhada”, as mulheres rejeitadas. O ideal de toda mulher era (ou deveria ser) se casar com um colono e no casamento, a fecundação de uma prole numerosa. (RIBEIRO, 1987.p.15)

A busca pelo casamento como instrumento facilitador da posse das terras e regulação social da colônia impediu inclusive que conventos fossem erguidos em solos coloniais por pelo menos os cem primeiros anos da colonização. Em uma carta do rei Portugal em 1603, o mesmo argumenta contra os conventos:

Para que seja habitada por pessoas ricas e nobres(...) assim não é conveniente erigir conventos de freiras nessas regiões, uma vez que as terras a serem povoadas são tão vastas que são necessários mais habitantes dos que aqui vivem no momento(NUNES, *apud* DEL PRIORE,2006,p.111)

DEL PRIORE (2000), afirma ainda que o casamento além de todos os fatores econômicos envolvidos estava intimamente empregado de um discurso de dominação da sociedade patriarcal colonial, sobre a mulher, cerceando-a no ambiente privado e afastando-a do público, garantindo, através de teorias médicas e religiosas que as mesmas acreditassem em sua natureza e dever de mãe e esposa.

Então também é natural, que a filha mais velha de Dom Braz e Mãe Cândida,

mesmo se conformando com seu destino, se entregue a uma amargura, se sentindo incompleta e excluída.

No entanto, apesar da melancolia que a acompanha a personagem demonstra em alguns momentos uma coragem e uma força singulares.

E Basília para poder alcançar os índios conservava a porta meio aberta, escondendo-se atrás dela e dali fazendo naqueles que vinham chegando[...]Basília pegava o que já vinha no meio do pátio e dava um grito de prazer, grito de homem desabusado. (QUEIROZ, 2000, p. 201)

Cristina ficava pasmada com a coragem de Basília, que não dava um ai sequer enquanto mãe Cândida lavava a ferida. (p.207)²⁸

Se Basília é a representação da força, mas da melancolia por não se encaixar, Margarida seria o espelho do romantismo e da leveza.

A Frágil e doce Margarida é casada com o filho mais velho da família Olinto, Leonel. A personagem parece não se encaixar a aspereza do ambiente retratado. Parece viver em um mundo a parte. Muito apaixonada pelo marido, ela se protege da solidão quando o mesmo está no sertão, a escrever versos. Hábito muito criticado e motivo de estranheza por parte das demais mulheres, afinal ler e escrever não é coisa para mulher, muito menos fazer poesias. Esse costume é demonstrado por ARAÚJO, quando o mesmo traz uma fala de Francisco Manoel de Melo na *Carta de guia de casados (1651)*, que afirma que as mulheres não precisavam mais do que as primeiras letras e que seu melhor livro era a almofada e o bastidor (p.194), no mesmo livro a idéia é confirmada por Ribeiro Sanches (1754), que pregava que a menina deveria aprender a ler e escrever somente para conseguir cumprir as tarefas de casa e não para ler novelas e comédias ou ser enlaçada pela ternura dos amantes.

A própria Margarida assume ser um pouco estranho seu passatempo para os costumes habituais;

Talvez vosmecê goste, por que é diferente, mas as outras mulheres de lagoa serena não gostam. Elas quando os homens estão fora se esquecem no trabalho, e eu a mais preguiçosa de todas, faço uma coisa que muitos censuram numa dona: Escrevo! Por parte de meu ave tenho a rima no sangue. (QUEIROZ, 2000, p.96)

Apesar da docilidade e leveza da Margarida ela esconde uma grande insegurança, causada não só pela distancia constante do marido, como também pela frustração de ainda não ser mãe. E é justamente esse segundo motivo que a consome de tristeza, pois ela não

²⁸ Durante um conflito com índios que invadiram Lagoa Serena, a fazenda da família, Basília foi ferida com um corte no rosto

consegue se conformar em ter um casamento tão cheio de amor e cumplicidade e não ter dados filhos a Leonel. “Tenho sofrido tanto muito pela falta de um filho, e venho acompanhando com uma sorte de inveja, os sinais nas outras mulheres” (QUEIROZ, 2000, p. 106).

As bugras, as negras tem filhos, como as bugias do mato. Tem filhos do amor, tem filhos do desamor, e no entanto Leonel e eu, que formamos um par tão feliz, que nos queremos tanto, nunca tivemos a felicidade de ter um filho, sou nova no sangue e no corpo e um filho me faz falta para acalentar a saudade do pai. (QUEIROZ, 2000, p.63)

Essa frustração de Margarida, talvez possa ser explicada pela pressão exercida sobre as mulheres com relação à maternidade. Mais que um momento, que uma escolha, a maternidade é colocada ainda hoje como dever e vocação de toda mulher. No período colonial a exigência em torno dos filhos ainda era mais violenta. Em uma terra nova e inexplorada, povoar era preciso, por isso a maior finalidade dos casamentos nessa época eram os filhos, uma família grande significava uma família prospera, por isso um casal sem filhos sofria cobranças, por parte da família, da sociedade e deles próprios. E quando a gravidez não vinha a maior culpada era a mulher, afinal o homem fez seu papel, por isso são elas que mais sofrem com a falta dos filhos.

Sobre maternidade DEL PRIORE afirma que no Brasil colonial, os discursos moralistas e religiosos a favor da mãe santa e dedicada, que educa seus filhos de forma cristã e cuida da casa com zelo e amor, corroborados pelo discurso médico, segundo o qual a função natural da mulher era a procriação, acabaram por normatizar o comportamento das mulheres. Ela chama a atenção ainda para o discurso médico que descobriu nos corpos femininos uma “fisiologia moral que justificasse a maternidade e que suprisse as demandas de um Estado que relacionava aumento de produção com aumento de braços”. (DEL PRIORI, 1993: 334). Conforme FONTES (2008, p.02) A identificação das mulheres à natureza e a conseqüente naturalização dos comportamentos relacionados à sexualidade feminina e à maternidade foram distorcidos e perpetuados de uma forma negativa para as mulheres, de acordo com os interesses do patriarcado. Porém não podemos enxergar na maternidade colonial apenas a violência de um sistema opressor da figura feminina e manipulador para que a mesma seja apenas uma fábrica de filhos, um animal preparado apenas para procriar e preparar suas crias para encarar o mundo. As mulheres coloniais viam na maternidade uma forma de resistência, de exercer uma função de comando. Segundo DEL PRIORE (2000);

No papel de mães, gestoras da vida privada e da sobrevivência da sua prole, as mulheres exerciam poderes discretos e informais, pondo em xeque a ficção do

poder masculino, bastante difundido na sociedade colonial, a maternidade foi assim o espaço onde mães e mulheres organizavam a sua revanche contra uma sociedade misógina.(p.42)

E como aponta Margarida, a maternidade seria também para algumas, uma forma de alento, de consolo devido a falta do marido. E justamente a falta do tão sonhado filho, leva a jovem esposa a suspeitar que seu marido tenha engravidado Isabel e com isso fica tão desolada que adoece e morre.

Assim como não podemos homogeneizar as mulheres colônias, apresentando-as como um grupo uniforme e estereotipado, também não podemos reduzir a experiência da maternidade com simplismos, designando-a ou como violência apenas ou como resistência geral, mas devemos compreendê-la, como algo extremamente complexo em que sua lógica e repercussão estava ligada a condição social, econômica, cultural e geográfica dessas mulheres.

Ao falar em maternidade, principalmente no que se refere ao exercício do poder, a personagem que realmente personifica essa teoria, é sem dúvida alguma Mãe Cândida. A Matriarca da família é responsável por manter a ordem na mesma, na fazenda e em casa enquanto o marido e os filhos estão fora. Possui todo o controle da situação e matem todas as demais mulheres sobre suas rédeas. Seu ar altivo e fidalgo se contrapõe ao trabalho duro que pratica e com a maneira simples na qual vive.

[...]Mãe Cândida, então, era como a chefe de um pequeno Estado, um verdadeiro príncipe que encarnava em si todos os poderes. Estava sempre aprumada, erecta, sem dar sinais de cansaço e de fraqueza. Começava seu dia com os próprios escravos, ao toque da madrugada. Não ficava em casa, fechada a dar ordens. Ia pessoalmente fiscalizar os trabalhos de plantio e colheita.(QUEIROZ, 2000, p. 57) Mãe Cândida também se fazia de médico...era um orgulho ter sua escravaria bem tratada e limpa de feridas(p.58)

Enquanto os homens estavam no sertão em busca do tão sonhado ouro, a matriarca chamava para si a responsabilidade de lutar pelo sustento da família. E não esmorecia nem nos tempos mais difíceis, como a fuga de sua filha caçula, a gravidez indesejada de Isabel, a morte de Margarida e até mesmo o ataque de índios que destruíram boa parte da fazenda e dos alimentos , obrigando as mulheres a trabalharem mais que o habitual para não passar fome.

A historia oficial está repleta de Mães Cândidas, principalmente a historia paulista. Mulheres que foram obrigadas a assumir as responsabilidades da casa e da família, após a morte do marido ou a ida do mesmo para o sertão. Sobre isso SAMARA, aponta que:

Como chefes dos grupos familiares, as mulheres na colônia, viúvas ou de marido ausente, exerciam um papel importante na coesão e harmonização dentro dos clãs,

o que pode ser resgatado desde o século XVI nos contos e nas memórias das contadoras de história que nos folclores regionais delineiam vultos de mulheres fortes, com papéis sociais decisivos para a sobrevivência dos grupos familiares(SAMARA,2003.p.55)

VELOSO, nos apresenta inúmeros outros nomes das ditas matriarcas brasileiras, como por exemplo:

D. Brites de Albuquerque que, na ausência e após a morte de seu marido Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania de Pernambuco, se notabilizou pela sua ação a ponto de lhe terem chamado “a Governadora”. Ou a “mulher de Martim Afonso” que, comandando três canoas no Rio Paraíba, enfrentou com as respectivas tripulações nove índios rebeldes, capturando três e pondo os restantes em fuga... Ou Maria Leite da Silva que, no século XVII, chefiou uma Bandeira de Tapanhunas. Ou também Rosa Maria de Siqueira, paulista e esposa de um juiz que, de regresso a Portugal em 1714, assumiu a defesa do navio por morte do condestável, desbaratando um ataque de piratas argelinos. Ou ainda Maria da Cruz, viúva e proprietária abastada na Bahia e Minas Gerais, cabecilha dos motins de 1736-37, acabando por ser presa. É ignorado o seu posterior destino, mas bem podemos imaginá-lo...(VELOSO,2000.p.02)

As maes candidas reais, não se limitavam aos cuidados básicos da casa, esses eram também suas funções, mas na ausência do marido, elas se colocavam como as verdadeiras responsáveis pela família. Conforme DIAS, as matronas paulistas:

passavam por controlar todo um cotidiano produtivo nas propriedades, assim como toda a escravaria. Eram tarefas que as esposas realizavam ao lado dos maridos, ou mesmo sozinhas quando eles se ausentavam por longos períodos, nas bandeiras. Cuidavam de tudo, mesmo não sabendo ler e escrever; de qualquer forma, os maridos geralmente também eram analfabetos. Era desejável, portanto, que elas soubessem administrar e tomar decisões importantes, pois ficavam investidas de poder para representar seus maridos em pendengas judiciais, casar e dotar filhos. Isso lhes era assegurado pelas Ordenações e, acima de tudo, era um recurso necessário, por causa das frequentes ausências dos pais e filhos mais velhos. (DIAS, 2009. s/p.)

QUINTEIRO, também nos afirma que:

Os homens dividiam com as mulheres as lides com o patrimônio: eles na exploração dos sertões, elas administrando a casa, as “roças” e os filhos. As mulheres tinham participação direta nos rumos de Piratininga e, imbuídas dessa importância, fizeram prevalecer os interesses da Vila (QUINTEIRO, 2004.s/p)

Porém mais que representar mais uma “matriarca”, ou matrona brasileira, alguém que na adversidade é colocada fora de seu papel e obrigada a assumir responsabilidades que “naturalmente” não seriam dela, a personagem criada por Queiroz, se torna representação de um grupo específico de mulheres, as brancas, paulistas e mais que isso, bandeirantes. Mulheres, que na construção realizada por Dinah, são diferenciadas, são o tronco não só do estado paulista, mas da própria nação brasileira.

Mãe Cândida, em nossa leitura não seria apenas a mãe da família Olinto, mas a mãe de todo um povo. E como tal seria capaz de renunciar aos seus filhos de sangue e a presença do estimado marido em prol do orgulho e desenvolvimento de todos os paulistas, como podemos perceber logo após o conflito dos homens de Dom Braz contra os Emboabas, no qual o marido morre, mas o filho Tiago sobrevive e esta, mesmo amando muito o filho, preferia que ele houvesse morrido em batalha a voltar desonrado depois da derrota.

Mãe Cândida puxou pela rêde que ia sendo carregada, impedindo que Aimbé e o escravo prosseguissem:

— É verdade, isso? Tem certeza?... Que êle foi encontrado escondido num buraco? [...]Então vosmecê carregue já êste môço daqui!

Aimbé e o escravo de Joana Antônia, sem saber o que fizesse — falou Mãe Cândida — vosmecê passa da conta. Quem decide isto sou eu. Se êste môço estivesse com o pai, teria morrido como morreu Dom Braz. Venha, ande, menina, vamos entrar!²⁹

Essa atitude de Mãe Cândida, pode chocar a quem possui um olhar treinado a ver a mulher como a mãe incondicional. Como poderia uma mulher abandonar o filho doente e preferir sua própria morte por orgulho? Ao nosso ver não é a questão de uma mãe renegando um filho que é colocada por Dinah, mas sim toda uma concepção de honra e pertencimento a uma sociedade. A matriarca da família Olinto representaria as vozes das demais mulheres

paulistas, que colocavam o coletivo a frente do individual. Como podemos constatar nas falas da esposa de Francisco Bueno³⁰, Filipa Vaz:

Paulistas, todos vós conheceis-me bem: sou a mulher de Francisco Bueno. Venho falar-vos em nome das minhas patrícias. As mulheres paulistas amam muito a seus pais, maridos e filhos, mas não podem querê-los desonrados. E eles o estão. Enquanto não tiver sido lavada a afronta que pesa sobre Piratininga, enquanto o sangue paulista bradar por vingança, vos negamos nossas carícias de filhas, nossos afagos de esposas, nossas ternuras de mães. Vergonha eterna à mulher paulista que quebrar este convênio.

- Vergonha eterna à mulher paulista que quebrar este convênio - repetiram em coro velhas e moças, donas e donzelas” (RIBEIRO,1997)

²⁹ Ao voltar das minas, a bandeira chefiada por Dom Braz foi obrigada a lutar diversas vezes contra os emboabas, aliados do reino, pelo domínio do território de mineração. Em um episódio conhecido pela historiografia como a batalhada capão da traição e retratado por Dinah envolvendo seus personagens, os emboabas prepararam um emboscada para os paulistas, na qual muitos morrerão inclusive Dom Braz e seus companheiros, tendo como único sobrevivente Tiago, que após um ferimento caiu em um buraco e permaneceu desacordado até ser encontrado por um escravo, porém ao ser levado de volta para casa sua mãe o rejeita pois o mesmo havia desonrado a todos os paulistas.

³⁰ Bandeirante filho de Bartolomeu Bueno e morto em 1638.

No entanto, Mae Cândida não rompe com o ideal de mãe, ela o amplia e se torna segundo nossas análises uma representação ao mesmo tempo de força, coragem, altivez e de abnegação (em prol não só de sua família, mas de sua terra), resignação e amor, ou seja, um exemplo a ser “vendido” tanto para as mulheres da São Paulo colonial quanto das paulistas dos anos de 1950.

Talvez podemos vislumbrar uma tentativa de rompimento, um sussurro crítico, quando nos remetemos a duas personagens em especial, Rosalia e Isabel .

Rosalia, a filha caçula de Dom Braz e Mãe Cândida, é o oposto na irmã mais velha, Basília. Criada cheia de mimos por todos da família, a menina de quatorze anos é a mais comunicativa das mulheres de Lagoa Serena. Alegre vaidosa, atrevida e sonhadora, vive a pensar em casamento principalmente por ter esperança de depois de casada conseguirsair da vida trabalhosa que leva na fazenda. Seus sentimentos variam entre o romântico tradicional, a mocinha a esperado príncipe encantado que a salvará de todas as dificuldades. “Quem vai me tirar disso aqui é meu amor. Eu não vou me casar com esses homens que enquanto fazem um filho na esposa, fazem dez nas índias.”(QUEIROZ, p.59).

Ao realismo de ter a consciência “da verdade” sobre as relações entre marido e mulher, durante o período, em que a mulher enquanto trabalha nos duros afazeres domésticos deve ainda conviver com os muitos filhos bastardos dos maridos com a índias. “Eu não sou filha de minha mãe no sacrifício. Vá vosmecê escarafunchar na cozinha, no quintal e ai por fora, que há de ver nosso sangue misturado ao desses macacos.”(QUEIROZ, p.60). Nessas características muitos poderão dizer que em nada ela se diferencia nem das outras mulheres da obra e nem dos demais estereótipos de mulher que estamos habituados a ver, ou seja, ela continua a ser uma mulher a constante espera de seu homem, e que perante a dura realidade em que a mesma vive não deixa de sonhar com seu grande salvador. Porém Rosalia, não se resume ao sonho, ela age e é neste ponto que a diferença se apresenta.

Por sua beleza jovem, Rosalia, chama a atenção, mas não se retrai ou fica encabulada, como era de se esperar de uma “moça direita”. Ela se matem firme e insinuante, consciente da atração que tem sobre os homens.

É que ajudando a servir o vinho, ali estava a moça mais bonita do lugar. Com seu surpreendente vestido roxo a descobrir-lhe os ombros e modelar seu talhe... Rosalia não ficou intimidada com esse galanteio face e face: o observava divertida. Tomou um copo, bebeu dois goles e fez um gesto de brinde. (QUEIROZ, p.145)

E é justamente, essa atitude atrevida e determinada que a faz sair da segurança do

lar para se casar as escondidas e fugir com Bento Coutinho, um homem mais velho e procurado pela justiça, o qual seu pai proibiu de ter qualquer tipo de relação, mas que provocava nela um fascínio inexplicável. No texto fica um ponto de interrogação se Rosália, havia fugido por amor ou apenas para se aventurar e sair da mesmice que era sua vida na fazenda, ou ambos. O certo é que neste ponto ela não foi presa as convenções, não esperou a vida acontecer e os homens decidirem por ela como era de praxe, mas escreveu seu próprio destino. No entanto nesse ensaio a uma libertação feminina, Dinah recua em alguns quesitos importantes, não nos arriscamos a falar que propositalmente ou não.

Antes da fuga, Rosália se recusa a fugir antes do casamento, mostrando assim o forte caráter religioso do período e a força da igreja. As determinações familiares poderiam até serem desrespeitadas, mas as normas católicas não. O final da personagem, também nos pareceu frustrante, pois após abandonar a família a mesma se vê em um lugar distante, com um homem que ela realmente não conhecia e que pouco a pouco se mostra instável e violento, os sonhos românticos da moça vão se desvaindo na mesma proporção em que ela toma consciência de que deveria ter ouvido seus pais e que eles sim sabiam o que era melhor para ela decidindo voltar pra casa e dando valor a vida que tinha antes. Para nós então, Rosália, ao final de sua historia, se torna uma forma de não mais questionar uma sociedade em que a mulher não era dona da própria vida, mas reforça-la, demonstrando que em muitos casos isso é o melhor para a mulher, pois essa não teria condições de tomar decisões importantes por si mesma.

Se com Rosália Dinah, ensaia uma representação feminina diferenciada mas retrocede, com Isabel ela completa.

Os pais de Isabel morreram quando esta, ainda era uma criança de colo, como sobrinha a menina foi criada pela família de Dom Braz. A maior incógnita do texto de QUEIROZ, Isabel era o avesso das mulheres tradicionais, ela saia para as bandeiras com o tio e os outros homens desde cedo e seu comportamento sempre foi mais identificado com o masculino. “Isabel , que era mais filho de Dom Braz que seus próprios filhos...”(QUEIROZ, p. 69)

Forte e corajosa, a ainda menina não parecia se enquadrar no padrão convencional de mulher, e ela mesmo parece repudiar essas “atitudes tipicamente femininas” “E eu sou mulher de emperrar a vida alheia...não sou moça de dengues”(QUEIROZ,p. 70).

Além de ir para o sertão juntamente com os homens, a menina não se relacionava muito bem com as mulheres da família, se mantendo afastada, o que piorou quando a mesma engravidou ainda solteira, uma verdadeira afronta aos ideais pregados nesses

tempos, mas que conforme uma análise em parte da historiografia do período, era algo bastante comum. Mas mesmo grávida, continuou arredia e preferia a companhia dos escravos, que segundo ela eram mais divertidos.

Após o nascimento do filho (fruto de um curto relacionamento com o primo Tiago, mas que só vem a ser descoberto ao final da trama), Isabel ainda desmistifica o sentimento “mais feminino ” de todos, o amor materno, considerado e pregado, como algo natural. Ela trata o filho com frieza, quase desprezo total, o que a torna ainda mais antagônica ao modelo tradicional de mulher, delicada, frágil, passiva e maternal.

O grande problema ao declarar que Isabel fosse uma crítica aos modelos convencionais de feminino é a construção que a autora faz da personagem, ela quase a animaliza. Usando se do animal de estimação de Isabel, uma jaguatirica, temos a impressão de que no decorrer da história, a menina se torna o próprio animal³¹. A personagem é mostrada não como uma grande heroína, assim como as demais e nem possuiu sua redenção como ocorre com Rosalia, ao voltar pra casa. Ela simplesmente vai se afastando, primeiro do filho com quem nunca possuiu uma relação de mãe, depois do restante da família e da fazenda,

para terminar na solidão. Então o que em nossa primeira leitura, nos parecia um afrontamento de Dinah a sua sociedade, hoje vemos que é possível que Isabel seja, assim como Rosalia, mais um reforçador de uma imagem de mulher, direcionada a família, uma anti heroína que não buscava despertar simpatia no leitor, mas pena por ela não viver como deveria e de certa forma uma crítica a algumas mulheres coloniais que abandonavam seus filhos e sua função social enquanto colonas, que era formar o povo brasileiro.

Portanto, através, do enredo de QUEIROZ, podemos então vislumbrar as contradições existentes no mundo feminino colonial e as própria contradições do período em que ela foi escrita, ou seja mulheres que deveriam ser fortes, assumir responsabilidades mas que não perdiam seu posto de sexo inferior. De mulheres que deveriam ser modernas, atuantes, mas que continuavam a ter no lar, na maternidade e na família seu ambiente “natural”.

³¹ Pretinha, a jaguatirica de estimação de Isabel é o único ser em toda a trama em que a menina parece ter uma afeição forte, quanto o animal morre, a autora passa a inserir na personagem, características do próprio animal;

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Quando entramos em contato pela primeira vez como nossa fonte, inúmeras possibilidades nos foram apresentadas, poderíamos discutir desde a representação feminina até a construção do mito bandeirante, no entanto como o tempo era curto, optamos por afunilar nossas pesquisas na questão feminina.

Dinah nos ofereceu um cenário instigante em que suas personagens principais eram mulheres impressionantes. Em nossa empolgação de primeira leitura, criamos hipóteses, buscamos a cada página indícios de que a autora havia quebrado estereótipos, de que havia rompido com um ideal de feminino e avançado em quase quarenta anos discussões historiográficas que só seriam apresentadas na década de 1990.

Qual foi nossa surpresa, ao a partir de leituras mais maduras e com olhares menos direcionados, perceber que QUEIROZ, não adianta nada, não rompe com nada e não quebra nenhum estereótipo (pelo menos não com relação a condição feminina), pelo contrário, que seu texto está totalmente inserido no tempo em que foi escrito.

Quando Dinah opta por falar sobre as mulheres paulistas na colônia, ela escolhe

um grupo muito claro, as bandeirantes, as brancas, as cristãs, ou seja, aquelas que os paulistas de 1954, e a própria autora elegeriam como suas ascendentes diretas, como as grandes mães de um povo “responsável por formar” o Brasil.

Quando ela cria personagens femininos como protagonistas, ela está direcionando o texto para o público do veículo que primeiro o publicou, a revista o Cruzeiro, ou seja, mulheres da classe média e alta não só de São Paulo, mas do Brasil. Mulheres que estavam ganhando espaço no mercado de trabalho, que estavam envoltas em transformações trazidas pela urbanização e industrialização, e que se tornavam uma parcela significativa do mercado consumidor, portanto mulheres que gostariam de se ver como centro de uma história.

E quando ela representa essas mulheres como batalhadoras, fortes e atuantes, ela está dialogando diretamente com uma historiografia positivista que buscava a exaltação da nação através da construção de grandes heróis. E das comemorações do IV centenário paulista, motivo pelo qual a obra foi escrita, criando mulheres diferenciadas daquelas que estávamos habituados a ver, como as sinhazinhas preguiçosas de FREYRE deitadas em suas redes a ouvir histórias de suas mucamas ou as enclausuradas mulheres honradas encontradas nos relatos de viajantes trazidos por ARAUJO (1993). Não por que as mulheres coloniais não fossem assim, mas as paulistas não eram, elas eram diferentes, elas eram as grandes heroínas do Brasil, elas eram aquelas que não se enterravam dentro de casa, ou se escondiam por trás da condição de mulher, mas atuaram na construção do país, lutaram, oraram, pariram e abriram mão de maridos e filhos em prol do Brasil.

Mas essas mulheres não deixavam de ser mulheres enquanto seres que deveriam respeito e estavam hierarquicamente em um posto inferior aos homens, elas não deixavam de serem mães, ou as rainhas do lar. Elas deveriam lutar pela família e por sua sociedade no mundo que era seu por direito, a sua casa. E nisso nós acreditamos que Dinah se direciona, a essas mulheres dos anos de 1950, dizendo nas entrelinhas, vão a luta, façam esse estado e esse país crescer, honrem o sangue bandeirante em suas veias, mas não abram mão de sua verdadeira missão, de cuidado, abnegação e sacrifício, de mãe e esposa. As mulheres de QUEIROZ, serviriam, assim como as biografadas pelo IHGB, como exemplos de como as mulheres deveriam atuar, e não reflexo de como as mulheres coloniais como um todo atuaram verdadeiramente.

Essas afirmações, a primeira vista podem parecer contraditórias se as compararmos

com os primeiros apontamentos apresentados na introdução, no entanto achamos necessário, que nossas duas visões estivessem aqui colocadas, representando o trabalho de amadurecimento e análise da obra, em que acreditávamos em determinadas hipóteses que não foram confirmadas durante as pesquisas.

O que não significa em momento algum, que a obra não tenha um valor histórico, ela simplesmente não cumpriu nossa expectativa de um pioneirismo por nós concedido a autora em mostrar uma crítica a uma sociedade machista.

Mas, não podemos negar que QUEIROZ, demonstrou que a mulher colonial, não era a mulher colonial, mas as mulheres. Ela nos deu bases para compreender que existiam múltiplas identidades femininas, definidas de acordo com o contexto social, histórico, econômico, religioso e geográfico, abandonou dicotomias simplistas e mostrou um lado da história do Brasil que vezes muitas é tratado de maneira superficial.

Através de uma romance construído em torno de cenários minuciosamente produzidos, com um enredo envolvente, ela levou aos mais variados públicos uma importante parte de nossa história, despertando interesses, questionamentos e identificação popular.

Nos permitiu também a partir de suas construções compreender as variadas representações do que é ser mulher, e em como essas representações não são realizadas e fortalecidas ao acaso, mas que estão inseridas em ideologias políticas, disputas de poder e legitimação de discursos.

Foi possível percebermos também, através da obra, que a literatura é uma importante parceira para a historiografia, que ao retratar dois mundos simultaneamente, aquele de qual ela fala e de onde ela fala, nos possibilita a abertura de inúmeras janelas interpretativas e nos permite compreender por que determinadas construções são realizadas.

E finalmente, que nada é alheio a seu tempo, que por mais que a primeira vista algo possa nos parecer destoante do que imaginamos ser o correto para aquele período, ele está inserido em ideologias, conflitos e imaginários daquele tempo específico.

REFERÊNCIAS

FONTES:

QUEIROZ, Dinah Silveira de, A Muralha. Editora Record- Rio de Janeiro. 2000

O CRUZEIRO, edições de 1992 a 1970.

BIBLIOGRAFIA:

ABUD, Kátia Maria. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de História da USP, 1985.

ARAÚJO, Emanuel. O Teatro dos Vícios. Editora José Olympio- Rio de Janeiro. 1993.

AFONSO CELSO. (s/d.), Porque me ufano do meu país. 8a ed., Rio de Janeiro, Garnier.

ARRUDA, Gilmar. Cidades e Sertões: Entre a história e a memória. Bauru: São Paulo EDUSC, 2000.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: Estética da Criação Verbal. 2a. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1997

BEAVOUIR, Simone. O Segundo Sexo. Fatos e Mitos. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Círculo do Livro, 1987. V. 1.

BELMONTE, No Tempo dos Bandeirantes. Melhoramentos, S.Paulo. 1944.

BITTENCOURT, Aldazira A mulher paulista na História. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, S.A., 1954.

BORGES, Valdeci Rezende. Historia e Literatura: Uma relação de troca e cumplicidade. Historia & Perspectivas, Uberlândia Jul/dezembro 1993.

BORGES, Valdeci Rezende. Literatura e pesquisa Histórica. Letras & Letras Uberlândia, 12(1) 191-217, jan/jun 1996.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva,

1992.

_____. O Poder Simbólico. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. A cidade das memórias: São Paulo dos relatos memorialistas.

Universidade Estadual Paulista, XII Encontro regional de História- cultura memória e poder. São Paulo 1996.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: Estudos Avançados. 5, n. 11. São Paulo Jan./Abr, 1991.

DEL PRIORE, Mary. Mulheres no Brasil Colonial. Ed. Contexto. São Paulo 2000.

DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo. Ed. Unesp. São Paulo, 2009.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. Ed. Contexto. São Paulo 2004.

DIAS, Madalena Marques. 2009. Disponível em <http://www.brasilcultura.com.br/historia/as-bravas-mulheres-do-bandeirismo-paulista/> acessado em 13/06/2011.

DUBY, Georges e PERROT Michele. História das Mulheres no Ocidente. volume 1. Porto: Afrontamento, 1991.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: A fonte fecunda. In O Historiador e suas fontes. São Paulo. Ed. Contexto. 2009

FRANZINI, Fabio. À sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15052007-151220/>>. Acesso em: 2015-10-26.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

FONTES, Janaina Gomes. A maternidade em Mary Wollstonecraft e Michèle Roberts. 2008. Disponível em <http://www.onda.eti.br/revistaintercambio/conteudo/arquivos/1381.pdf>. acessado em 13/05/2011.

GARCIA, Claudia. Anos 50: A época da feminilidade. Especial Folha on line. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/anos50.htm>.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HALLEWELL, Laurence. O Livro no Brasil: Sua História. Ed; Editora da Universidade da

cidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

LAPA, José Roberto Amaral, Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao estado do Grão-Pará. Texto inédito, apresentação e organização por J. R. do Amaral Lapa. Petrópolis. Vozes, 1978.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 1999.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LIMA, Igor. Estereótipos e mitos: notas sobre a condição feminina na Historiografia do Brasil Colonial. Texto integrante dos Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.

LISLY, Andréia. História e Gênero. Ed. Autentica. São Paulo, 2006

LOFEGO, Silvio Luiz. A construção da memória na publicidade do IV centenário da cidade de São Paulo. NESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006.

LOFEGO, Silvio Luiz. VI Centenário da cidade de São Paulo: Uma Cidade entre o passado e o futuro. São Paulo, Anna Blume. 2004.

MACHADO, Alcântara. Vida e morte do bandeirante. São Paulo: Ed. Martins, 1965.

MATOS, Maria I. Santos de. Gênero e História: percursos e possibilidades. In SCHPUN, Mônica Raisal (org.) Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997, p.73-91.

NETO, Accioly, "O império de papel - Os bastidores de *O Cruzeiro*" Porto Alegre, Ed. Sulina 1998.

MIRANDA, Ana. Desmundo. Ed. Companhia das Letras. São Paulo. 1996.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Modernidade e questão nacional. Lua Nova: Revista de cultura de política, maio 1990.

PEREGRINO, Nadja. O Cruzeiro: a revolução da fotorreportagem. Rio de Janeiro: Dazibao, 1991.

PERROT, Michele. Os Excluídos da História. Operários, mulheres, prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, Fronteiras da ficção: Diálogos da história com a literatura. Estudos de História, Franca, v.6, n° 1, pags.67-85, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 15, nº 29, 1995.

QUINTEIRO, Maria da Conceição. As Mulheres de Piratininga. 2004. Disponível em http://www.aph.pt/uf/uf_0401.html, acessado em 08/10/2011.

SENA, Iara Andrade. A IDENTIDADE NACIONAL E A QUESTÃO RACIAL EM OLIVEIRA VIANNA. Dissertação de Mestrado, VASSOURAS, 2011.

SODRE, Muniz. A comunicação do grotesco: introdução à cultura de massa brasileira. 11^a ed. Petrópolis, Vozes, 1988.

SOUZA, Ricardo Luis. A MITOLOGIA BANDEIRANTE: CONSTRUÇÃO E SENTIDOS. Disponível em <file:///C:/Users/Cintia/Downloads/215-710-1-PB.pdf>

SÜSSEKIND, Flora. O Brasil Não É Longe Daqui. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

WAIBERG, Jacques A. Império das Palavras. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1977

WEINSTEIN, Bárbara. Inventando A “Mulher Paulista”: Política, Rebelião E A Generificação Das Identidades Regionais Brasileiras. Revista Gênero. Niterói, v. 5, n. 1, p. 71-95, 2. sem. 2004, disponível em <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-113349weinstein.pdf>.